



ANO 2 - NÚMERO 23 - SETEMBRO 2016

Xapuri

SOCIOAMBIENTAL

R\$ 10

Plante
uma árvore



POVOS INDÍGENAS

Kinana Ikinai

p. 17

HISTÓRIA SOCIAL

Maria Leopoldina

p. 39

SUSTENTABILIDADE

A relevância
da Era Ecozoica

p. 48

FASCINAR

BRASÍLIA TEM ESSE PODER



Torre de TV Digital

A Terracap coloca esse patrimônio em suas mãos

Brasília tem o poder de FASCINAR com o Mirante Flor do Cerrado, que oferece uma bela vista panorâmica da capital e excelentes perspectivas para a parceria público-privada. Além do conjunto arquitetônico da Torre de TV Digital, esse grande empreendimento compreende também o Setor Habitacional Taquari, uma região que, a cada dia, surpreende por sua incrível expansão imobiliária. Muito mais que o novo ponto turístico de Brasília, um espaço aberto para grandes oportunidades.

www.terracap.df.gov.br



“ Liberdade de voar num horizonte qualquer,
liberdade de pousar onde o coração quiser ”

Cecília Meireles

COLABORADORES/COLABORADORAS SETEMBRO

Altair Sales Barbosa – Arqueólogo. Antropólogo. Antenor Pinheiro –Jornalista. Augusto Baiocchi – Educador. Eduardo Henrique – Administrador da página Viva Caatinga. Estudante de Agronomia. Fotógrafo. Eduardo Pereira – Produtor Cultural. Eliana Feitosa – Pedagoga e Teóloga. Ieda Vilas-Boas – escritora. Ivone Lopes – Fotógrafa. Izalete Tavares – Estudante. Jacy Afonso – Sindicalista. Jaime Sautchuk – Jornalista. Ruth Gebrim França Teles – Professora; Sávio Machado Cavalcante – Professor. Zezé Weiss – Jornalista.

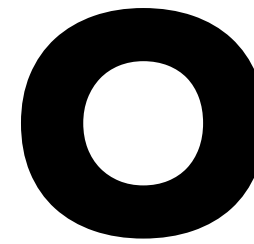
CONSELHO EDITORIAL

- | | |
|-------------------------|----------------------|
| 1. Jaime Sautchuk | 8. Juan Pratginestòs |
| 2. Zezé Weiss | 9. Elson Martins |
| 3. Altair Sales Barbosa | 10. Neusimar Coelho |
| 4. Binho Marques | 11. Ronei Alves |
| 6. Graça Fleury | 13. Ieda Vilas-Bôas |
| 7. Jacy Afonso | 14. Trajano Jardim |



EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental
Telefone: (061) 9974-3761. E-mail: contato@xapuri.info. Razão Social: Xapuri Socioambiental Comunicação e Projetos Ltda. CNPJ: 10.417.786\0001-09. Endereço: BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – CEP: 73.801-970 – Formosa, Goiás. Atendimento: Zezé Weiss (61) 9974-3761; Eduardo Pereira (61) 9829-1020. Edição: Jaime Sautchuk (61) 9926-0445 e Zezé Weiss (61) 9974 3761. Capa: Foto Rogério Alves/TV Senado; Revisão de Textos: Lúcia Resende, Zezé Weiss e Thaís Maria Pires – Jornalista. Revisão de design: Eduardo Pereira. Produção: Zezé Weiss. Jornalista Responsável: Thaís Maria Pires – 386/GO. Menor Aprendiz: Ana Beatriz Fonseca Martins – auxiliar de serviços administrativos. Tiragem: 20.000 exemplares. Mídias Sociais: Eduardo Pereira – Produtor Cultural. Circulação: Revista Impressa – Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, São Paulo, Sergipe, Tocantins. Revista Web – Todo o território nacional. ISSN 2359-053x.



cientista francês Auguste de Saint-Hilaire percorreu partes do Brasil de 1816 a 1822 e descreveu a Região Central em relatos primorosos. Seu foco era nossa flora.

Em seu livro “Viagem à Província de Goiás” ele diz que o Cerrado “é um jardim permanentemente florido”. Hoje, porém, essa verdade esbarra na realidade. Não apenas suas flores, mas o próprio Cerrado se esvai numa velocidade assustadora.

Outros biomas, como a Mata Atlântica, praticamente já se foram. A Caatinga segue rumo idêntico, e a Amazônia padece o renitente soar da motosserra. Irá aflorar o deserto que sob ela existe?

Mudanças climáticas decorrem dessas alterações e provocam outras transformações em nossas vidas. Contudo, a sociedade brasileira parece ganhar consciência da gravidade da situação e quer reagir.

Isso é perceptível, com clareza, nas eleições municipais ora em curso. A questão ambiental é assunto obrigatório de todo candidato, esteja ele nas capitais ou nos mais remotos rincões do País. É, de igual modo, o tema central desta 23ª edição de Xapuri.

A chegada da Primavera é sempre sinal de bons augúrios, de esperança em dias melhores. E nos suscita a indagação: o que podemos fazer. Plantar uma árvore pode ser um bom começo.

Mas, nestas páginas, você encontrará muito mais. Virtualmente ou no papel. O jeito do indígena Yawanawa resolver seus conflitos ou as reformas nas políticas de seguridade social e na legislação trabalhista, por exemplo.

Ou, ainda, o exemplo do transporte público que dá certo, em Bogotá, na Colômbia, e uma viagem pelas cavernas de Goiás. E tantos outros assuntos, sempre de modo encantador, de encher os olhos.

Boa leitura!

Zezé Weiss e Jaime Sautchuk
Editores





Xapuri 23¹⁶

SOCIOAMBIENTAL

09 **VOCÊ SABIA?**
Pantanal

28 **GASTRONOMIA**
Culinária árabe:
charuto ou malfuf

10 **CAPA**
Plante uma árvore

32 **LITERATURA**
Cordel para Brasília

18 **CIDADANIA**
Seguridade Social: Políticas
públicas de direito à cidadania

39 **HISTÓRIA SOCIAL**
Maria Leopoldina:
Princesa da liberdade

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: “Rio antes”, ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!

14 **ECOLOGIA**
Amazônia, Cerrado e Deserto

36 **BIODIVERSIDADE**
Formoso do Araguaia

17 **POVOS INDÍGENAS**
Kinana Ikinai: O ritual Yawanawa da
resolução de conflitos

37 **MITOS E LENDAS**
A lenda da comadre Fulozinha:
A mãe da mata

22 **PERFIL**
Dona Flor:
Parteira e raizeira do Cerrado

42 **URBANIDADE**
Uma política pública de transporte
que dá certo

26 **ECOTURISMO**
Cavernas do Cerrado

44 **EDUCAÇÃO**
Em tempos temerários, o Sintego avança
na luta pelo piso e pela Data-base

34 **CAATINGA**
A primavera na Caatinga

48 **SUSTENTABILIDADE**
A relevância da Era
Ecozoica

Nós fazemos a Xapuri acontecer. Você, com sua assinatura,
faz a Xapuri continuar acontecendo!

ASSINATURA
ANUAL
12 EDIÇÕES

R\$ **99,00**

ASSINE JÁ!
WWW.XAPURLINFO/ASSINE



Mensagens pra Xapuri

Se felicidade matasse, eu ia morrer antes de completar meus 73 anos! **Chico Montenegro** - Memorial do Cerrado - Goiânia - Goiás, ao ser informado de que a Xapuri acatou sua sugestão de pauta e traz, na edição de setembro, a árvore como matéria de capa.

Vou renovar a minha assinatura da Xapuri em nome de Lucas, meu neto. A revista é leitura essencial para um adolescente que começa a entender o mundo. **Silvana Toledo** - Brasília - Distrito Federal.

Fico muito feliz em ver a Xapuri tornando-se cada vez mais esse espaço de conhecimento bom e relevante para o Brasil e, especialmente, para os povos da floresta. **Juan Carlos Carrasco Rueda** - Alter do Chão - Santarém - Pará.

contato@xapuri.info

As imagens mais populares da @revistaXapuri



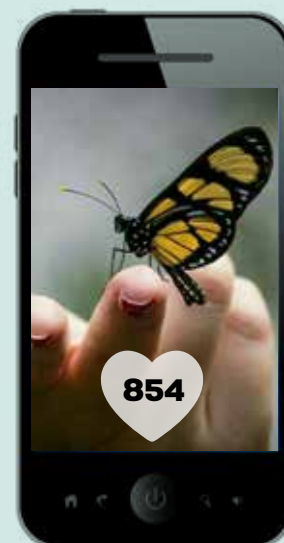
@semeandopassaros



@luizavcg



@rotasdachapada



Marque suas melhores fotos do Instagram com a hashtag

#revistaxapuri

Sua foto pode aparecer AQUI!

VOCÊ SABIA?



Pantanal

O Pantanal apresenta grande diversidade de espécies de plantas superiores, como árvores e arbustos (1.647 espécies) e alta diversidade de fauna: 263 espécies de peixes, 122 espécies de mamíferos, 93 espécies de répteis, 1.132 espécies de borboletas.

Existem mais espécies de aves no Pantanal (656) do que na América do Norte (cerca de 500) e mais espécies de peixes do que na Europa (263 no Pantanal contra aproximadamente 200 em rios europeus).

O Tuiuiú, a ave-símbolo do Pantanal, tem mais de 2 metros de envergadura com as asas abertas.

O maior peixe do Pantanal é o jacaré, um bagre gigante que chega a medir 1,5 metros de comprimento e a pesar até 120 quilos.

O jacaré do Pantanal mede até 2,5 metros de comprimento e se alimenta principalmente de peixes.

A maior cobra do Pantanal é a sucuri amarela. Mede até 4,5 metros e se alimenta de peixes, aves e pequenos mamíferos.

A onça pintada do Pantanal chega a pesar 150 quilos, alimentando-se de aproximadamente 85 espécies de animais que vivem na região.

O Pantanal brasileiro tem 144.294 km² de planície alagável, 61,9% dos quais (89.318 km²) no Mato Grosso do Sul e 38,1% (54.976 km²) em Mato Grosso. O bioma do Pantanal foi reconhecido pela Unesco em 2000 como Reserva da Biosfera.

PLANTE UMA ÁRVORE

Mesmo que a pessoa não queira, em sua vida, escrever um livro nem ter um filho, como prescreve o dito popular, plantar uma árvore ela pode e deve querer. E não será apenas um gesto de amor, decantado pelos poetas, mas sim uma forma de quitar uma parte, pequena que seja, da dívida que todos temos pela degradação do Planeta.

No Brasil, historicamente reservamos a data de 21 de setembro pra comemorarmos o Dia da Árvore, uma espécie de boas-vindas à Primavera, estação que começa dois dias depois, no Hemisfério Sul.

É uma forma de nos lembrarmos do valor das árvores, especialmente nas escolas, locais de trabalho e outros pontos de

ajuntamento de seres humanos. Serve à conscientização das pessoas, em especial das novas gerações, sobre a importância desse gesto ao meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida de todos.

A alegria e as cores primaveris são apenas um motivo a mais. Em verdade, porém, plantar uma árvore é um gesto simples, passível de ser praticado em qualquer dia do ano. E pode ser até mesmo uma forma de presentear um parente, vizinho, amigo ou a si próprio.

Pode ser no quintal de casa, no jardim do prédio, na rua ou praça mais próxima, na beira de um rio, áreas de estacionamento. Tudo é pretexto pra enterrarmos as sementes ou a muda já formada.

Ainda mais em áreas urbanas onde reinam o concreto e a dureza do asfalto.

Nesses locais, as árvores melhoram a qualidade do ar, reduzindo a poluição por nós mesmos gerada e dando equilíbrio à temperatura ambiente. Fazem sombra, servem de moradia e fornecem alimentos aos pássaros e outros seres vivos. Também embelezam a paisagem urbana e evitam a erosão do solo.

É importante que a planta seja protegida e cuidada, especialmente com o suprimento de água em lugares ou períodos mais secos e não seja alvo de agrotóxicos. Podem ser árvores nobres, que ficarão altas e frondosas, mas também uma flor, arbusto, planta medicinal

ou ornamental. É algo bem mais simples do que muitos imaginam.

AÇÃO COLETIVA

É claro que não precisa ser uma atitude solitária. Pode agrupar as comunidades por áreas de moradia, categoria profissional, escolas, universidades, centros esportivos, prefeituras municipais e assim por diante. Aumenta apenas o número de unidades plantadas.

Mas há, também, ações pontuais mais amplas, que surtem efeitos. É o caso da Olimpíada do Rio de Janeiro, onde foi distribuído um milhão de mudas, que foram habitar as partes centrais da cidade, nos locais onde se realizaram os jogos, mas também em bairros distantes e comunidades dos morros cariocas.

No Sul do Pará, no final de agosto passado, ONGs, governos locais e voluntários lançaram uma campanha de repovoamento da flora do vale do Rio Xingu. A região, outrora percorrida pelo Marechal Rondon, irmãos Villas Boas e tantos sertanistas, agora recebe um milhão de mudas de espécies nativas, em plena Amazônia.

É uma maneira de repor a

vegetação ali destruída pela presença humana desordenada, com a abertura de agrovilas, rodovias e, mais recentemente, a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, no próprio rio Xingu.

Em várias partes do País, porém, há municípios que se mobilizam de modo espontâneo em projetos verdes, que envolvem toda a comunidade. Um exemplo singelo é o dos que promovem concursos anuais de jardins, em que uma comissão de especialistas e cidadãos comuns elege os mais bonitos e variados, e o prêmio aos vencedores normalmente é de um ano de isenção do IPTU.

ICMS ECOLÓGICO

No entanto, a partir de 2009 há um incentivo econômico mais forte, proporcionado pelo ICMS Ecológico. É um filhote do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) comum, um instrumento fiscal fixado em cada unidade da federação e rateado com os municípios (75% por 25%).

Agora, além da parcela municipal, é reservado um percentual destinado a ações de conservação ambiental, o que eleva o bolo local. Dezesete estados já adotaram legislação

específica e cadastram municípios interessados, que devem atender a critérios definidos nas leis estaduais.

Basicamente, essa legislação fixa um rol de ações que os governos locais precisam adotar ao se candidatarem e, depois, continuarem usufruindo do benefício. Áreas de preservação e recuperação da flora e fauna nativas, projetos de educação ambiental, manejo de resíduos sólidos, inclusive lixo hospitalar, são alguns dos quesitos fiscalizados.

Há prefeituras que têm tantas ações, especialmente na manutenção de áreas de proteção ambiental, que o ICMS Ecológico se tornou uma de suas principais fontes de receita. Provam, assim, que preservar dá lucro.

É o caso, por exemplo, de Iporanga, em São Paulo, que já em 2010, primeiro ano de implantação local dessa modalidade de imposto, deu um salto brutal. Naquele ano, sua população era de 4.300 habitantes e seu caixa recebeu R\$ 3,2 milhões vindos desse benefício, o que representou R\$ 741,98 per capita.

Em Goiás, dos seus 246 municípios, 73 já aderiram ao programa, muitos deles ainda em fase de regularização. Mas, no caso de Morrinhos, por exemplo, a prefeitura revitalizou dois parques naturais, que agora funcionam como centros de visitação e educação ambiental.

Já em Aruanã, que fica às margens do rio Araguaia, o conceito de desenvolvimento sustentável perpassa vários setores. Além de áreas de preservação, investimentos são feitos em educação ambiental e manejo do lixo, especialmente nas praias, que atraem grande

quantidade de turistas nos períodos de verão.

Muitas prefeituras já adotam políticas que repassam parte ICMS Ecológico ao setor privado. No Paraná, por exemplo, os municípios de Antonina e Guaraqueçaba repartem os bons recursos que recebem com os proprietários de RPPNs, já que essas unidades de preservação fazem gerar boa receita de ICMS Ecológico aos caixas locais.

Caso inovador, também, é o de São Gonçalo do Rio Abaixo, Minas Gerais, que criou o programa “Cercar para Não Secar”, incentivando proprietários rurais e urbanos a protegerem 244 nascentes que existem no município. Os proprietários de terras cercam as fontes d’água e fazem o replantio de espécies nativas ao seu redor. E, por isso, recebem um bom dinheiro.

Haveria centenas de exemplos a citar, mas o importante é que esse imposto, adotado há menos de uma década, só nos últimos anos tem ganhado força nos estados que o adotaram e regulamentaram. As pessoas se tocam que, mesmo do ponto de vista econômico, uma árvore em pé vale mais do que deitada.

Dívida com o passado

Desde o ano de 1500, quando os portugueses aportaram por aqui, o Brasil vem destruindo sistematicamente sua biodiversidade. Por motivos justificáveis, por ganância econômica ou por banalidades, os principais biomas que cobriam nosso território vão desaparecendo num ritmo constante.

A Mata Atlântica, originalmente soberana em toda a região litorânea, foi a primeira a ser massacrada e dela restam menos de 10%, em

reservas ambientais ou áreas de difícil acesso. Foi este também o destino dos pinheiros araucária, concentrados na Região Sul do País, com ocorrências em partes do Sudeste.

Neste caso, há um episódio sanguento que marcou a história do Brasil. Foi na construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, obra entregue à empresa Brazilian Development Company, do empresário ianque Percival Farquhar, que havia construído a polêmica Madeira-Mamoré, na fronteira Norte com a Bolívia, e explorado borracha na Amazônia.

Em troca da construção, o gringo recebeu 30 km em linha reta de terras ao longo da ferrovia, com o que nelas houvesse, inclusive flora e fauna, em especial os pinheirais. Mas havia gente também. O povo reagiu e estourou a Guerra do Contestado, que durou quatro anos (1912-1916), no Oeste de Santa Catarina, e matou 20 mil pessoas.

Muitos trabalhadores da estrada de ferro, inclusive meu avô, nascido na Ucrânia, se aliaram aos rebeldes. No conflito, o governo brasileiro utilizou sua elite militar e pela primeira vez empregou metralhadoras e um avião, em bombardeios.

No entanto, se viu forçado a retomar as terras e promover uma reforma agrária, distribuindo lotes, no padrão de 30 ha cada.

Eram lotes pequenos, mas ainda assim os nativos e colonos preservaram boa parte da mata original e nascentes de água. As casas e outras edificações eram feitas de tábuas e vigas de araucárias, mas era hábito entre eles plantar novos pinheiros, repondo os derrubados.

O desenvolvimento da agropecuária baseada no minifúndio, naquela região,

acabou tendo grande importância ao desenvolvimento do Brasil. De início, os produtores enviavam seus porcos de trem aos centros consumidores, em especial São Paulo. Havia, porém, grande mortandade nas viagens.

Por que não levar logo os embutidos e outros subprodutos? E assim surgiram as primeiras grandes agroindústrias brasileiras, que são os frigoríficos até hoje presentes no mercado nacional.

De qualquer modo, hoje a araucária consta da lista das espécies em extinção.

PRESENTE E FUTURO

É importante levarmos em conta que o Cerrado e a Amazônia, os dois maiores biomas brasileiros, passam atualmente por avassalador processo de devastação. Com um agravante, que é o fato de que em ambos os casos a reposição da vegetação nativa é praticamente impossível (veja matéria “Amazônia, Cerrado, Deserto” mais adiante).

No caso do Cerrado, a retirada da vegetação nativa, em um ano, foi o equivalente à área do estado do Rio de Janeiro. A principal causa era até recentemente a produção de carvão pra uso industrial. Agora, porém, é o avanço da produção de grãos pela agricultura extensiva, que já atinge também áreas da floresta amazônica.

Prolongada pesquisa do Instituto do Trópico Subúmido (ITS), da Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) revela dados assustadores sobre as possibilidades de sobrevivência deste bioma. Um deles: das cerca de 10 mil espécies vegetais nele existentes, apenas 300 são passíveis de repovoamento por

sementes ou de produção de mudas em viveiros.

No caso da Amazônia, de fato houve uma redução no ritmo do desmatamento, mas ainda segue frenético. Todo o Norte do Mato-Grosso, grande parte do Pará, Rondônia, Maranhão, por exemplo, mudou de fisionomia nas últimas quatro décadas.

Além da agropecuária extensiva, no caso, há o valor da madeira que pesa fortemente. Dados oficiais demonstram que programas de desmatamento chamado de sustentável não são seguidos à risca. Longe disso, aliás. Trata-se da retirada de um número de árvores por hectare, de modo a não interferir no ambiente como um todo.

E as propostas de “desmatamento zero”, levantadas há décadas por ONGs e mesmo governos locais, como no Acre, estão ainda mais longe de serem acolhidas.

No entanto, em ambos os casos, tem havido ações das comunidades e da própria legislação, como é o caso do ICMS Ecológico, que surtem efeitos surpreendentes. É um processo que começa nas escolas, entidades ambientalistas e assim por diante.

Isso reforça a ideia de que as iniciativas individuais têm grande valor num momento de elevação do nível de consciência da sociedade. Cada um faz um pouco.



Jaime Sautchuk
Jornalista. Escritor

AMAZÔNIA, CERRADO E DESERTO

Altair Sales Barbosa



Recentemente, têm sido divulgadas informações de que o aumento gradual de temperatura na faixa tropical da Terra provocará secas na região amazônica e de que esta se transformará num cerrado. A informação quanto ao clima pode até ser verdadeira, porém, no que se refere à transformação da floresta úmida equatorial amazônica em cerrado, é falsa.

O aumento da temperatura na Amazônia, com diminuição da umidade, provocará lentamente a morte da floresta úmida e fará com que a região volte a ser um grande deserto arenoso, como já aconteceu em sua história evolutiva recente durante o Pleistoceno até início do Holoceno, ou seja, de 2 milhões de anos até 11 mil anos Antes do Presente (AP).

Na realidade, uma gama de estudos em diversos campos da ciência atestam que durante o úl-

timo período glacial, denominado Wisconsin na América do Norte, notadamente a partir de 20 mil anos atrás, existia na Amazônia, principalmente nas chamadas terras baixas, um grande deserto arenoso denominado Deserto de Óbidos, que se unia a outro grande deserto situado mais para oeste e que abrangia todo o vale que hoje corresponde ao rio Orinoco.

Isso aconteceu porque houve uma diminuição da umidade na Amazônia, provocada pelas modificações das correntes aéreas, que dependiam das movimentações das correntes marinhas, alteradas pela ação da glaciação citada.

Naquela época, em ilhas específicas situadas nos baixos chapadões da Amazônia, existiam manchas significativas de cerrado, conforme atestam os estudos de palinologia (ciência que estuda os pólenes fósseis). Essas manchas

eram prolongamento da grande área de cerrado já existente no centro da América do Sul, que desapareceu numa época muito recente, em função do fenômeno da coalescência, que é a expansão da floresta equatorial, provocada pelas mudanças climáticas e de solo, decorrentes do final do período glacial.

A floresta amazônica, tal qual como a conhecemos atualmente, é um fenômeno recentíssimo dentro da história da Terra e só foi viável em função principalmente das condições edáficas (solos). Nesse sentido, os pesquisadores da pedologia (ciência que estuda os solos) relatam que a maior parte dos solos hoje existentes na área do Bioma Amazônico é incompatível com uma longa estabilidade da floresta, por serem solos muito jovens, com alta taxa de reposição, dotados de características espe-

ciais, indicando ausência de vegetação, ou vegetação muito rala num passado não tão distante.

Por outro lado, o Cerrado é um tipo de ambiente muito antigo que já atingiu seu apogeu evolutivo, composto por formas vegetacionais associadas a modelos específicos de solos e umidade, cuja adaptação exigiu um período de tempo calculado em milhões de anos. É um ambiente em que qualquer tipo de desequilíbrio provocado na sua estrutura poderá promover sua extinção.

Por isto é que se afirma que um cerrado degradado, jamais voltará a ser cerrado. Sua vegetação não é xerófita, logo estará na dependência de um clima subúmido: a condição climática que determina este bioma é a mesma responsável pelo aparecimento de manchas de florestas subúmidas em solos de boa fertilidade natural.

Uma vez satisfeita a condição climática, o cerrado aparecerá ou não, na dependência de fatores edáficos, de ordem nutricional. As diferenças de regime hídrico e térmico em certos limites não implicam modificações sensíveis na sua fisionomia.

Folhas enormes, que em muitas plantas de cerrado apresentam ausência de sinais de murchamento, mesmo no auge da seca, e a floração e brotação abundantes antes das chuvas contradizem a noção geral de que a existência do Cerrado seja devido à escassez de água. Vários estudos destacam a grande profundidade dos solos do Cerrado, abundância de água nesses solos; profundidade considerável dos sistemas radiculares das plantas do Cerrado.

Portanto, presenças frequentes de estruturas xeromorfas nessa vegetação, como estômatos em depressões, epidermes revestidas por cutículas espessas e camadas cuticulares ou recobertas por numerosos pelos ou escamas, presença de hipoderme e parên-

quimas incolores, células pétreas e esclerênquimas bem desenvolvidas, correlacionadas com condições xéricas, devem ser associadas a questões evolutivas.

A grande maioria das plantas do Cerrado transpira livremente e com altos valores, mesmo nos períodos de secas mais pronunciadas. Elas mostram, quase sem exceção, estômatos abertos durante todo o dia, mesmo durante a seca. Também é comum encontrá-los abertos à noite.

Em geral, as reações estomáticas das plantas do Cerrado são lentas. O fechamento total das fendas estomáticas, quando se faz cessar o suprimento hídrico arrancando a folha da planta, pode consumir em uma hora ou mais e, às vezes, nunca se completa inteiramente.

A transpiração cuticular é frequentemente muito elevada, embora as cutículas e suas camadas sejam espessas. Os déficits de satisfação das folhas são baixos, em geral, mesmo em época seca. O valor mais alto encontrado é da ordem de 5% do conteúdo máximo de água. Em contraste, por exemplo, com as plantas da Caatinga, do trópico semiárido, em cujo ambiente tanto árvores como arbustos têm reações estomáticas muito rápidas, reduzindo mais de 50% do valor inicial de sua transpiração em apenas dois minutos após cessar o suprimento de água e completa o fechamento estomático em cinco minutos.

Estes poucos dados apresentados demonstram a complexidade dos processos adaptativos pelos quais passaram o Cerrado. Processos estes que exigiram longos períodos de tempo geológico calculados em milhões de anos.

Portanto, para que uma floresta equatorial, semelhante à Amazônica, com a história evolutiva que tem, possa se transformar em cerrado, seriam necessários alguns milhões de anos. Teria que ha-

ver algumas condições vitais, tais como: clima subúmido de temperatura amena e com significativa amplitude térmica entre o dia e a noite e tipos específicos de solo.

Se fossem originadas essas condições, que não são fáceis de serem concretizadas, porque nem sempre existe a rocha matriz e suas interações milenares, para a formação dos solos (somente para citar um exemplo), possivelmente poderia ocorrer a migração de algumas espécies de plantas de cerrado para a nova área que seria formada.

Uma área de Cerrado degradada, jamais tornará a vir a ser Cerrado com toda sua biodiversidade. Alterando as condições de solo para melhor, através de correções até uma floresta pode-se criar no local, cerrado nunca mais. À primeira vista, este novo ambiente vistoso parece ser até mais encantador, mas se penetrarmos além das aparências, perceberemos que ecologicamente o prejuízo será enorme e irreversível.

A começar pela recarga dos aquíferos, que não será mais a mesma, em função do complexo sistema radicular que caracteriza as plantas do Cerrado e que retém cerca de 70% das águas das chuvas. O sequestro de carbono da atmosfera também será afetado.

Portanto, se os efeitos globais de mudança ambiental caminharem no sentido que apontam os estudos climatológicos, é bem provável que as antigas dunas de areias depositadas na Amazônia durante o Pleistoceno voltem a ficar expostas sem a vegetação, que morreu pelo aumento da temperatura e pela falta de umidade.



Altair Sales Barbosa
Doutor em Antropologia.
Pesquisador do CNPQ

BANCÁRIOS VÃO À LUTA POR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E ATENDIMENTO



CAMPAÑA NACIONAL DOS BANCÁRIOS 2016



Os bancários estão em campanha salarial. E essa luta tem a ver com você. Isso porque os trabalhadores querem que os bancos ponham fim às demissões e contratem mais, para diminuir as filas e melhorar o atendimento.

Os bancários também querem a redução dos juros e das tarifas, os mais altos cobrados em todo o mundo.

Os bancos podem atender essas reivindicações. A crise não atingiu as instituições financeiras e elas não param de lucrar.

**“VAMOS INTENSIFICAR A
MOBILIZAÇÃO DOS
BANCÁRIOS E DAS BANCÁRIAS
PARA QUE TENHAMOS MAIS
UMA CAMPANHA VITORIOSA
EM 2016”**



convocou o presidente do Sindicato dos Bancários, **Eduardo Araújo**.

KINANA IKINAI: O RITUAL YAWANAWA DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Zeze Weiss



“Kiñana Ikinai é um espaço aberto no meio do círculo de Mariri para a resolução de conflitos, tendo a comunidade como testemunha.

Durante a roda de Mariri, os Yawanawa aproveitam para passar a limpo os sentimentos negativos acumulados. São conflitos secundários, que vão se acumulando durante o ano. Por exemplo: quando dois jovens estão apaixonados pela mesma amada.

Os cantos de Mariri incentivam os participantes a entrarem no círculo. Na medida em que o círculo vai se formando, é preciso ter coragem e disciplina para entrar nele.

A cada batida, pulsa o coração, levanta a moral e a autoestima do participante. Não existe ganhador e nem perdedor. É uma demonstração da resistência humana, na qual a dor não tem efeito quando o coração é forte e valente.

Por uma semana cantamos,

dançamos e deixamos nosso manifesto cultural espiritual aos nossos ancestrais.

Depois que terminar, todos estarão reafirmados ainda mais em sua amizade e irmandade do povo indígena Yawanawa, para marcar seu manifesto cultural e seu respeito aos seus ancestrais.”

Mariri é a festa anual do povo Yawanawa para honrar seus ancestrais e celebrar sua milenar capacidade de resistência. Ou, como explica o líder e pensador indígena Tashka Pehaho Yawanawa, autor dos textos em itálico nesta matéria: “Mariri Yawanawa, o encontro de forças de cada um em todos, e de todos em um, num só pensamento e força.

Em 2016, o Festival Mariri foi realizado na Aldeia Mutum, composta por nove grupos Yawanawa moradores da região, às margens do rio Gregório, no município de Tarauacá, sob a

coordenação da Associação Sociocultural Yawanawa – ASCY. Durante as cerimônias, faz-se uma imersão na cultura e nas tradições Yawanawa, em busca da paz e do autoconhecimento. Nos dias da festa, são servidos o Uni (Ayahuasca) e o rapé como instrumentos de expansão da consciência.

Como nos anos anteriores, o encontro não somente resgatou tradições, mas também fortaleceu os laços da comunidade com a natureza. As principais atividades foram realizadas debaixo de uma sumaúma (grande árvore da floresta). “Esse é um festival que resgata as nossas tradições e também busca, na sua totalidade, evidenciar da natureza, com lições de vida em harmonia, preservando os nossos recursos naturais”, ressalta o líder Tashka Yawanawa, depois do sucesso do Mariri Yawanawa de julho de 2016.

Faça parte dessa mobilização por mais conquistas para todos!

SEGURIDADE SOCIAL: POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIREITO À CIDADANIA

Jacy Afonso

Desenhemos, no Brasil, um modelo de proteção social baseado no Estado de Bem-Estar Social implantado na Europa no pós-guerra. A Constituição de 1988 representou etapa fundamental da viabilização do projeto das reformas socialmente progressistas que residem nos princípios da universalidade, da seguridade social e da compreensão de direitos sociais como componentes para a construção da cidadania. Uma das inovações constitucionais mais expressivas foi a instituição da Seguridade Social (previdência urbana e rural, saúde, assistência social e seguro-desemprego), cujo financiamento está baseado na contribuição tripartite de empregados, empregadores e governo. O Orçamento da Se-

guridade Social vinculou um conjunto de fontes baseadas em contribuições (folha de salários e Pis-Pasep) e impostos criados para esse fim: a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS. A seguridade social é definida na Constituição Federal como um “conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

SAÚDE: DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO – A saúde, segmento autônomo da Seguridade Social, tem a finalidade mais ampla de todos os ramos protetivos porque não possui restrição de beneficiários

e de acesso. As ações na saúde são instrumentalizadas pelo Sistema Único de Saúde – SUS, constituído por órgãos federais, estaduais e municipais, para executar ações de vigilância sanitária e epidemiológica, de saúde do trabalhador, participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico, colaborar na proteção do meio ambiente (nele incluído o do trabalho), fiscalizar e inspecionar alimentos, bebidas e águas, supervisionar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde.

ASSISTÊNCIA SOCIAL: GARANTIA DE ATENÇÃO ÀS NECESSIDADES BÁSICAS – Como diretrizes de organização da assistência social, a Constituição Federal estabeleceu a descen-

tralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal. Esta organização foi disposta na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, sob a forma de sistema descentralizado e participativo: o Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Ao atingir o status de política pública, a assistência social perde seu caráter assistencialista e passa a garantir/promover direitos sociais, com os objetivos de proteger a família, maternidade, infância, adolescência e velhice; amparar crianças e adolescentes carentes; promover a integração ao mercado de trabalho; reabilitar pessoas portadoras de deficiência com reinserção na vida comunitária; garantir salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e à pessoa idosa que não possuem meios de prover sua subsistência.

PREVIDÊNCIA SOCIAL: DIREITO DOS TRABALHADORES

– Segmento autônomo da seguridade social, a previdência se preocupa com os trabalhadores e seus dependentes econômicos, enquanto técnica de proteção destinada a afastar necessidades decorrentes de contingências sociais que reduzem ou eliminam a capacidade de auto-sustento dos trabalhadores e/ou de seus dependentes. Com natureza de seguro social, exige contribuição dos seus segurados. Não obstante a previdência social ser restrita aos que contribuem para seu financiamento, encontra na inclusão social os mesmos fins delineados para a saúde e a assistência social.

SEGURIDADE SOCIAL: GARANTIR E AVANÇAR – O atual momento exige vigilância e atuação efetiva. Direitos estão ameaçados. A resistência se organi-

za a partir do município, com a população pressionando o poder público para manter políticas públicas importantes para os municípios.

A inclusão social traz igualdade de oportunidades por meio de programas como Bolsa Família, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, Saúde da Família, Territórios da Cidadania, Luz para Todos, valorização do salário mínimo. A construção de creches, casas abrigo para idosos e crianças em situação de rua são aspectos fundamentais de respeito aos direitos e de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Os programas de saúde a assistência otimizam recursos financeiros e humanos. Programas de saúde incluindo os relacionados à saúde do trabalhador são fundamentais. Organizar no município equipes de agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, além de conectar a comunidade ao poder público, os profissionais das áreas efetivam ações essenciais à população. Os primeiros acompanham as famílias, cadastrando suas necessidades de assistência e saúde, desenvolvem ações de educação e vigilância com ênfase na prevenção de doenças, identificam indivíduos e famílias em situações de risco, orientando-as no acesso aos serviços de que necessitam. O grupo de combate às endemias realiza vistoria em residências, depósitos, terrenos baldios e estabelecimentos comerciais para buscar focos de doenças, orientando quanto à prevenção e ao tratamento de doenças infecciosas, atividade fundamental para prevenir e controlar doenças como dengue, Chikungunya, zika, leishmaniose, malária.

Os programas de saúde do trabalhador devem adotar práticas sistemáticas para a promo-

ção da saúde e do bem-estar no local de trabalho e da melhoria da qualidade de vida. Os órgãos municipais devem acompanhar empresas urbanas e rurais, avaliando ambientes de trabalho e promovendo a superação de descumprimento de normas. Os custos emocional, social e econômico dos acidentes de trabalho à sociedade em termos de saúde e previdência são altos, sendo muito mais eficiente a prevenção.

A Seguridade Social como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, previdência e assistência social, exige a criação de espaços de debate, sugestões e encaminhamentos de ações que envolvam as diferentes secretarias municipais envolvidas no tema e representantes da comunidade. Novamente os Conselhos se apresentam como organismos eficazes de valorização de saberes e coparticipação na vida comunitária.

A seguridade social efetivamente se configura em inclusão social, uma vez que oportuniza a inserção e reinserção no mundo do trabalho, possibilita a interação social, promove a cidadania consciente. Configura-se em instrumento de efetivação dos direitos fundamentais, constituindo-se em paradigma para o desenvolvimento à medida que garante aos cidadãos um mínimo existencial que se situe dentro dos parâmetros da dignidade humana. Preservá-la, portanto, é imprescindível.

Mudar o mundo a partir da aldeia. A cidade é da cidadania!



Jacy Afonso
Sindicalista

LUTA CONTRA TERCEIRIZAÇÃO GENERALIZADA FAZ PARTE DA AGENDA DO MOVIMENTO DOS EMPREGADOS DA CAIXA



Se aprovado o PLC 30 no Senado, os reflexos negativos sobre o patrimônio e os serviços públicos, o interesse nacional e os trabalhadores, com prejuízo para toda a sociedade, serão inestimáveis. Mobilização precisa ser retomada de forma imediata

Mal foi consumada a saída da presidenta Dilma Rousseff do comando político do país, com a aprovação do impeachment pelo Senado Federal, no último dia 31 de agosto, as ações do governo Michel Temer já causam preocupação entre a classe trabalhadora. Na semana passada, antes de embarcar para a reunião do G-20 na China, o presidente autorizou a base aliada a acelerar o processo de tramitação no Congresso do PLC 30/2015. O projeto permite a prática generalizada da terceirização de serviços em toda a cadeia produtiva do país, incluindo as atividades desenvolvidas pelas empresas públicas.

A prioridade é aprovar uma série de proposições, coincidentes com os postulados do documento “Ponte para o Futuro” (PMDB), que atenda os interesses do mercado

em detrimento do interesse nacional e dos setores mais pobres do país. Um dos passos decisivos desse desmanche do Estado brasileiro é o PL da Terceirização, que estende essa modalidade de contrato para a atividade-fim das empresas, institui a peiotização (contratação de um serviço em lugar de um empregado), permite a quarteirização da mão de obra e compromete a representação sindical dos trabalhadores. Essa pauta negativa será complementada com a chamada reforma trabalhista, com retirada ou flexibilização de direitos, notadamente os abrigados na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

“Se aprovada a agenda proposta, os reflexos negativos sobre o patrimônio público, o interesse nacional, os trabalhadores, os servidores e os serviços públicos, com prejuízo para toda a sociedade, serão inestimáveis. As proposições, da maneira como estão expostas, são amplas, polêmicas e complexas. Apenas com o povo mobilizado, ocupando as ruas das capitais e das principais cidades Brasil afora, será possível pressionar o Congresso e evitar esses retrocessos”,

afirma Jair Pedro Ferreira, presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae).

Ele reitera que, desde o início do processo de impeachment, a Federação, em parceria com entidades como a Contraf/CUT, tem alertado sobre a relação estreita entre a saída da presidenta Dilma Rousseff e a retirada de direitos trabalhistas. “Uma ação estaria diretamente atrelada à outra. Ambas, porém, têm o objetivo de reposicionar o Brasil em marcha à ré acelerada rumo à desregulamentação, privatização, desnacionalização e corte de direitos sociais, de modo a restaurar assim o projeto neoliberal no país”, observa.

Para Cardoso, vice-presidente da Fenae, o PLC 30 é uma grande ameaça aos direitos da classe trabalhadora, especialmente da categoria bancária. Ele diz ainda que, sob o pretexto de regulamentar a terceirização no país, acaba por legalizar a fraude e a precarização nas relações de trabalho. E acrescenta: “Nos anos 80, a categoria bancária reunia aproximadamente um milhão de traba-

lhadores, número que foi reduzido pela metade no decorrer das últimas décadas. Assim aconteceu porque os bancos terceirizaram, o que levou a que boa parte dos postos de trabalho bancários fosse ocupados por trabalhadores de outras empresas, que, apesar de realizarem os mesmos serviços, ganham em média 1/3 do salário, têm jornadas maiores e não usufruem dos direitos previstos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCV), como a PLR”.

Como resultado disso, segundo Cardoso, “muitos que eram bancários são hoje terceirizados e, se o PLC 30 for aprovado pelo Senado, outros tantos podem perder seus empregos, pois os bancos não terão mais nenhum impedimento legal para contratar terceiros”.

O pacote de maldades que ataca os direitos dos trabalhadores será apreciado em breve pelo Congresso Nacional, o que é um sinal de muitas preocupações. Em face dessas ameaças prementes, Jair Ferreira reafirma que o movimento nacional dos empregados da Caixa Econômica Federal precisa buscar aliados na sociedade, para evitar que esses retrocessos se tornem realidade. “Só com amplas campanhas de esclarecimento sobre o que significa o projeto que amplia a terceirização no país, e com muita mobilização e pressão sobre os parlamentares, será possível fazer um enfrentamento minimamente vitorioso. Os desafios são grandes e todos precisam se mobilizar, sob pena de perda de direitos históricos”, admite.

PLC 30: TRAMITAÇÃO E PROBLEMAS

Antes de chegar ao Senado, o PLC 30 tramitou por mais de 10 anos na Câmara dos Depu-

Somos contra o PL 4330! Ele é uma ameaça aos trabalhadores

Condições de trabalho	Empregado Direto	Terceirizado	Diferença
Remuneração Média	R\$ 2.361,15	R\$ 1.776,78	-24,7%
Jornada Semanal	40 horas	43 horas	+7,5%
Tempo de Emprego	5,8 anos	2,7 anos	-53,5%
Taxa de Rotatividade	33%	64,4%	+95%

Entre 2010 e 2013, os terceirizados foram 84,4% dos trabalhadores resgatados em condições análogas à escravidão



tados, sob a denominação de PL 4330/04, cujo desfecho foi a autoritária aprovação da matéria em abril de 2015, devido a manobras do então presidente da Casa, o deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), investigado na Operação Lava Jato e suspeito de diversos crimes de colarinho branco.

Antiga reivindicação do patronato para afrouxar a legislação trabalhista, o texto aprofunda um cenário nocivo para a classe trabalhadora. O dossiê “Terceirização e Desenvolvimento - uma conta que

não fecha”, elaborado pela CUT e pelo Dieese, revela que os trabalhadores terceirizados ganham 25% a menos, trabalham quatro horas a mais e ficam 2,7 anos a menos no emprego quando comparados com os contratados diretos.

Pesa ainda contra a terceirização indiscriminada denúncia de que favorece ainda situações análogas à escravidão. Estudo da CUT e do Dieese aponta que, entre 2010 e 2013, entre os 10 maiores resgates de trabalhadores escravizados, nove eram terceirizados.



Dona Flor: Parteira e raizeira do Cerrado

Eliana Feitosa



Fotos: Ivone Lopes

Dona Flor do Moinho, 78 anos, mãe de 18 filhos paridos e de outros criados, conta que já realizou mais de 300 partos.

Aos nove anos de idade, já preparava chás e infusões sob a orientação da mãe. Teve todos os seus filhos de parto normal, em casa, e cuidou de si mesma e de outras mães com os preparados de ervas e plantas do Cerrado.

Sobre esse conhecimento, dona Flor explica: "Aprendi tudo olhando, sempre fui muito curiosa, queria saber o que acontecia quando a mãe ia ganhar a criança, logo me ofereci para ajudar, era tudo muito normal. Tive meus filhos só, logo, uso muito o barbatimão, é a planta da mulher, não

pode tomar muito não, mas antes de engravidar ele limpa tudo e depois do parto cicatriza."

Descendente de negros que se estabeleceram há muitas décadas na região e que encontraram refúgio e condições de vida no Cerrado, dona Flor faz parte dos Quilombola que vivem no povoado do Moinho, em Alto Paraíso de Goiás, na Chapada dos Veadeiros, descendentes de escravos e de índios do tronco Macro-Jê.

Segundo dona Flor, a grande herança de seus ancestrais é o conhecimento tradicional, fruto da união dos povos indígenas e negros, oriundos da escravidão, muitos deles servidores dos garimpos durante a corrida pelo ouro que ocorreu na região.

AS FONTES DE CURA DE DONA FLOR

A economia no Povoado do Moinho está diretamente ligada às belezas do lugar e à comercialização de produtos como artesanato, verduras orgânicas e preparados como xaropes e garrafadas da medicina tradicional, objeto de procura de pessoas vindas de diversas partes do Brasil e do mundo que visitam o povoado.

O Cerrado é alimento e cura, fonte de renda e lazer. Nessas comunidades cada indivíduo desempenha um papel importante para o grupo, sempre respeitando as lideranças, os mais velhos, traço dos costumes repassados pela ancestralidade e pelo harmonioso convívio que estabelecem.

A qualidade da água que alimenta rios, córregos e cachoeiras do Moinho dá vida também a uma fração de Cerrado com ca-

racterísticas medicinais peculiares. O Rio Pretinho, que alimenta a horta e os cultivos nos quintais, nutre espécies de várias potencialidades terapêuticas.

O conhecimento tradicional em meio a uma sociedade que considera a natureza elemento comercial, subjugada, e cuja finalidade é o lucro, tende a desaparecer caso não haja intervenções de manutenção da comunidade tradicional no campo e valorização da sabedoria ancestral.

A origem das plantas medicinais utilizadas nas preparações de remédios caseiros é muito diversificada: elas são cultivadas ou coletadas no Cerrado, doadas por pessoas conhecidas, adquiridas através de troca por remédios caseiros, ou ainda compradas em mercados ou raizeiros.

Todos possuem indicação, modo de usar e composição, mas é na cuidadosa orientação de Dona Flor que os adoentados mais confiam. Entre os remédios manipulados da farmácia, instruções e receitas de diversos chás, emplastos, infusões, que têm as plantas do Cerrado como princípio ativo.

AS CIÊNCIAS DE DONA FLOR

A coleta das ervas, plantas do Cerrado, revela o ritual de respeito e reverência à natureza, representa o conhecimento indígena que foi repassado aos negros africanos que se refugiaram no lugar sobre a forma de coletar plantas "do mato" para fazer os remédios.

Dona Flor explica: "Para buscar as plantas, primeiro você

prepara o coração e o espírito para trabalhar a natureza. Você não pode retirar uma folha, casca ou flor da floresta se você estiver com mau humor ou raiva, senão a planta morre."

Proteger comunidades tradicionais é perpetuar o bioma e as espécies que nele vivem. O Cerrado, berço das águas, necessita de uma legislação que valorize o "preservar" acima do desmatar para desenvolver, cultura implantada na década de setenta no Centro-Oeste.

As comunidades tradicionais remanescentes de quilombola que vivem na região da Chapada dos Veadeiros são o exemplo da convivência harmônica do homem com o Cerrado. O Cerrado é alimento, é cura e é vida. Assim pensa a cerratense dona Flor.



Eliana Feitosa - Mestranda em Geografia pela Universidade de Brasília. Licenciada em Geografia pela UEG - Formosa. Pedagoga e Teóloga. Pesquisadora de Comunidades Tradicionais. Este artigo é fruto das pesquisas de campo para a Dissertação de Mestrado - Identidade e Cultura: estudo etnogeográfico da comunidade tradicional do Moinho em Alto Paraíso/GO, ocorrida entre 2015 e 2016.

MODERNIZAR A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA?

Sávio Cavalcante Machado

Nos momentos de crise econômica, em que obviamente se generalizam as preocupações com a obtenção ou a preservação dos empregos, a defesa da “reforma trabalhista” reaparece em tons mais fortes na imprensa e nos debates em geral. Não que a tese estivesse esquecida ou inoperante, mas a conjuntura, também marcada pela crise política, cria uma condição mais propícia para a aprovação de projetos de mudança de maior alcance.

Em termos de construção de narrativa, a palavra de ordem que fundamenta os projetos de reforma é muito atrativa: trata-se de “modernizar” as relações de trabalho. Atrativa e eficiente, claro. Afinal, o que seriam aqueles que criticam tais projetos senão defensores do atraso e do passado? A luta das ideias é uma das manifestações da luta material pela produção e distribuição de riqueza. Por isso, é fundamental nos atentarmos a como ela funciona e de que modo

atinge o que se costuma chamar de opinião pública.

Vejam um caso emblemático a partir de uma pesquisa recente de amostragem com abrangência nacional (CNT/MDA, de junho de 2016). Os entrevistados reagiram a questões referentes ao debate atual sobre a regulação das relações de trabalho e escolheram, a partir de uma lista fechada, as respostas com as quais mais concordavam. Dentre os resultados principais, 64,5% concordam com a necessidade de “atualização da CLT” (22,2% discordaram e 13% não sabiam ou não responderam).

Em caso de reforma trabalhista, 36,7% acreditam que ela deveria ser feita para “garantir todos os direitos atuais dos trabalhadores, 32,6% opinaram que ela deveria “facilitar a negociação entre trabalhadores e empregadores” e 21,8% pensam que deveria haver “flexibilização de alguns direitos para melhorar as chances de contratação”.

Sobre a possibilidade de terceirização de atividades-fim da empresa, 46,6% concordam com a proposta, 38,5% discordam e 14,9 não sabem ou não responderam.

A pesquisa e seus resultados são um belo exemplo de como opera a luta das ideias em torno de questões tão decisivas para o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras no país. Dentre tantos pontos que chamam a atenção, destaquemos alguns para uma análise mais detalhada.

1) Nenhum projeto de reforma atual, em última instância, visa à “garantia de todos os direitos atuais dos trabalhadores”. Pelo contrário, o argumento-chave, recentemente defendido por vários integrantes do governo golpista, é o de que é melhor ter qualquer tipo de emprego a não ter nenhum. Esse descolamento dos objetivos das reformas e o que pensa a população sobre ela é muito preocupante, embora

seja um recurso ideológico muito comum. Surge aqui um mecanismo de validação social própria à ofensiva neoliberal: o desejo de melhora das condições de vida e trabalho é confiscado por um discurso que, se colocado em prática, tende a precarizar as condições de vida de quem alega beneficiar.

2) A ideia de que seria preciso facilitar as negociações igualmente decai nesse descolamento ideológico entre o que move o projeto e os interesses do conjunto dos trabalhadores. As reformas têm por objetivo declarado sobrepor o “negociado ao legislado”, ou seja, permitir que acordos possam driblar obrigações legais existentes. É bem razoável supor que a resposta “é preciso facilitar as negociações” não signifique perder direitos, o que forma uma ampla maioria contrária aos objetivos da reforma, ainda que a disputa pelos sentidos das palavras jogue um papel decisivo para misturar todas as intenções em jogo.

3) Sobre a possibilidade de terceirização das atividades-fim das empresas, há uma divisão bastante nítida. Quase a metade dos entrevistados é a favor, enquanto a outra metade discorda ou não soube (ou não quis) opinar. A disputa de sentido aqui também está presente, pois a terceirização é vendida como exemplo de aumento da divisão

do trabalho e de eficiência econômica, quando, em verdade, é uma forma de contratação de trabalhadores por empresas interpostas, forma essa que visa a diminuir custos com a força de trabalho ou a – o que tem se mostrado mais importante ainda – externalizar conflitos e resistências políticas dos trabalhadores. Consoante ao espírito da “modernização”, a intenção da reforma é fazer com que as relações de emprego, que hoje são reguladas pela Justiça do Trabalho, sejam vistas apenas como negociações comerciais entre empresas.

4) Por fim, talvez o ponto mais fundamental e sobejamente ignorado quando a situação é conveniente. Pelas evidências empíricas e experiências em outros países, para não falar propriamente em termos teóricos, é falso afirmar que a diminuição de medidas protetivas do trabalho aumenta a oferta de empregos. Uma pesquisa de 2015 da Organização Internacional do Trabalho coletou dados de 63 países (em todas as regiões do mundo) e sua conclusão foi simplesmente a oposta. O desemprego e a desigualdade social aumentam nos países que restringiram medidas protetivas do trabalho (The Changing Nature of Jobs. World Employment and Social Outlook 2015. International Labour Office. Geneva: ILO, 2015.)

Assim, não há termo mais preciso para expressar o significado desse processo do que retrocesso civilizacional. A pretensa modernização e a tese de que o direito do trabalho impede o direito ao trabalho são tão antigas quanto o capitalismo. É preciso estar atento à luta das ideias e saber identificar os projetos que ameacem o conjunto das classes trabalhadoras no Brasil.



Sávio Machado Cavalcante

– Professor do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Pesquisa, atualmente, as classes sociais no Brasil (em particular, as classes médias) e as relações de trabalho contemporâneas. É autor do livro “Sindicalismo e privatização das telecomunicações no Brasil” (São Paulo: Expressão Popular, 2009). Contato: saviomc@unicamp.br

CAVERNAS DO CERRADO:

ESPETÁCULO DE CORES E FORMAS
GUARDADO NO SUBSOLO DO NORDESTE GOIANO



Augusto Baiocchi

Formadas ao longo de milhões de anos, as grutas do Parque Estadual de Terra Ronca formam um dos maiores complexos espeleológicos do Brasil. Localizado entre os municípios de São Domingos e Guarani de Goiás, o parque fica na Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra Geral de Goiás, com extensão de aproximadamente 57 mil hectares.

Berço de nascentes e divisor de águas entre as bacias do rio To-

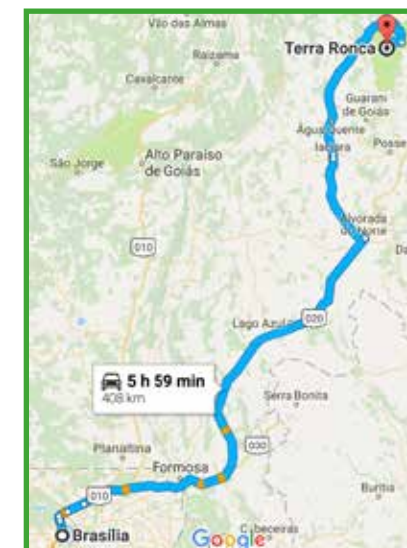
cantins, ao lado dos estados de Goiás e do Tocantins, e do rio São Francisco, do lado da Bahia, a região esconde um espetáculo de cores e formas guardados no escuro subterrâneo do nordeste goiano onde a trilha sonora é regida ora pelo barulho do correr das águas ora pelo silêncio revelador.

O Parque conta com mais de 200 cavernas catalogadas entre elas "11 são molhadas", ou seja, passa um rio por dentro, segun-

do informações de um guia local. O Acesso às cavernas são variados onde encontramos desde locais de fácil acesso e travessia como outros de médio, difícil e muito difícil acesso. Portanto, é recomendado procurar por guias locais que contam com equipamentos específicos e informações preciosas sobre o local além, é claro, dos cuidados necessários para a travessia, exploração e preservação das cavernas.

COMO CHEGAR? ROTAS E DISTÂNCIAS:

1. Goiânia / Brasília / Terra Ronca – aproximadamente 620 km (8h 51min), via BR 020.
2. Brasília / Terra Ronca – aproximadamente 408 km (5h 59min), via BR 020. (Opção por passar por Posse rumo a Guarani de Goiás) (ver mapa ou link para mapa)
3. Brasília – São Domingos – Terra Ronca – aproximadamente 483 km (6h 37 min), via BR 020.



DICAS E SUGESTÕES:

- Indicamos o uso de tênis, calça e camiseta de manga comprida, de preferência de material que possa molhar. Não se esquecer de levar repelente.
- Guia Ramiro – Guia local, com área de camping e dormitórios a poucos metros da Caverna de Terra Ronca www.facebook.com/ramiroterraronca
- Pousada São Matheus www.pousadasaomatheus.com



Augusto Baiocchi
Educador

Fontes:
uc.socioambiental.org/noticia/areas-protegidas-em-goias
pt.wikipedia.org/wiki/Parque_Estadual_Terra_Ronca
www.verdejara.com.br/lugares/serra-geral-tocantins/terraronca.com.br/



Culinária árabe: Charuto ou Malfuf

Ruth Gebrim França Teles

Os árabes chegaram ao Brasil no final do século XIX trazendo uma rica herança cultural. Aliada a essa cultura, veio a gastronomia de um povo milenar que se destaca pela tradição na cozinha.

Em minha família, de origem sirio-libanesa, a culinária foi o principal elo, a principal ligação com nossos antepassados, e o meio de preservar as tradições e a cultura através das gerações.

Para mim, a comida libanesa representa, além de uma tradição a ser preservada e valorizada, um momento único e especial de reunir a família ao redor de uma mesa farta com as iguarias saborosas do mundo árabe: kibe, grão-de-bico, arroz com lentilha, tabule, kafta, homus tahine, charuto, pão sirio... Das lembranças que nos trazem, dos nossos avós, tios e tias, e de nossos saudosos pais. Em cada palavra aqui escrita, recordo minha infância.

Um dos pratos mais apreciados por todos da minha família, especialmente para mim, o "wara eyneb", ou "yabrak", quer dizer folha de uva, prato completo e saboroso, o charuto, consumido em todo o mediterrâneo com pequenas variações na receita e no nome.

Uma curiosidade, o charuto de repolho é na verdade de origem

grega, sendo depois incorporado à culinária mediterrânea (Turquia, Egito, Líbano, Síria). Considerado de difícil preparo, embora com ingredientes comuns, pode ser servido quente ou frio, com uma peculiaridade: se feito no almoço, reaquecer para o jantar fica mais gostoso, com sabor mais acentuado. Acompanhado de coalhada síria, tabule, pão sírio, é divino.

Ao escrever sobre a culinária árabe, as recordações são tantas!!! Vejo mamãe, seu lindo rosto vermelho com o calor do fogo, preparando as delícias da infância. Sinto o cheiro, o sabor, seu sorriso e disposição à beira do fogão a lenha. E o forno?! Daqueles de barro para assar o pão sírio e outros quitutes.

Aprendi muito com duas mulheres incríveis, que moldaram meu caráter, marcaram minha vida: minha avó Jamila, matriarca libanesa, forte, decidida e amorosa. E minha amada mãe Matilde, exemplo de dedicação, carinho, amor; esposa, amiga, companheira inigualável. Vivi com ambas momentos únicos e inesquecíveis.

Partilho com vocês uma das primeiras receitas que aprendi com a minha avó, o "malfuf", como ela dizia.



Malfuf

INGREDIENTES

- 300 g de folha de uva ou 1 repolho médio (pode ser usada couve, ou acelga)

RECHEIO

- 2 xícaras (chá) cheias de arroz cru
- 300 g de carne moída (colocar um pouco menos que o arroz)
- 1 tomate maduro sem pele e sem semente, picadinho em cubos
- hortelã, salsa, cebolinha, picadas, a gosto
- 2 colheres (sopa) de sal
- 1/3 de xícara (chá) de cebola picadinha ou ralada
- 1 colher (chá) de alho picadinho
- 4 colheres (sopa) de manteiga
- suco de limão a gosto
- 1 colher (chá) de azeite
- pimenta do reino moída na hora a gosto (opcional)
- 1 xícara de (chá) de molho de tomate tradicional

COMO FAZER

Prepare as folhas de uva (ou repolho), colocando algumas de cada vez em água fervente por 5 minutos. À parte, faça o recheio: num recipiente, ponha os ingredientes, arroz, carne, tomate, cebola, hortelã, alho, salsa, manteiga, cebolinha, sal, pimenta do reino. Misture bem sem amassar, para a carne não ficar dura.

Em uma tábua de carne, abra a folha de uva já escorrida, com o lado externo para cima. Coloque o recheio sobre ela (2 colheres de sopa cheias), como um croquete, em uma linha na horizontal, não muito na beirada. Dobre as duas laterais para dentro, onde está o recheio. Enrole de baixo para cima de modo que fique firme, sem apertar muito.

Forre uma panela grossa com as folhas de uva mais duras, ou meio rasgadas. Arrume os charutos em camadas, deixando-os bem juntos. Repita as camadas até acabar. Misture um pouco de sal e o molho de tomate na água, até cobrir os charutos. Despeje o caldo do limão e o azeite. A última camada não deve ficar até a borda da panela, para evitar que o caldo derrame. Para os charutos não desmancharem, coloque um prato invertido ou uma tampa pouco menor que a panela com um peso por cima.

Cozinhe por uma hora, em fogo brando, tendo o cuidado de não deixar a água secar. O arroz deve ficar macio sem cozinhar demais. Retire um dos charutos de cima e prove. Se estiverem prontos, espere um pouco e vire os charutos numa travessa maior que a panela e enfeite a gosto.



Ruth Gebrim França Teles
Professora

Bom apetite!

CNS 30 ANOS

Uma trajetória, um legado, uma luta

Há 30 anos, as veias ardentes de um combativo movimento local saltaram as fronteiras da floresta para, em Brasília, durante o I Encontro Nacional do Seringueiros, mostrar ao Brasil e ao mundo a força de uma voz coletiva em defesa das populações extrativistas da Amazônia. Ali surgiu, em outubro de 1985, o Conselho Nacional dos Seringueiros, o CNS.

Foi também ali que, em nome do recém-criado CNS, um ousado seringueiro acreano apresentou, pela primeira vez, a proposta dos próprios povos da floresta de uma reforma agrária ecológica para a Amazônia. A proposta era a das Reservas Extrativistas, que permitem às famílias extrativistas a posse da terra e o usufruto das riquezas da floresta, sem a ela causar danos ambientais. O seringueiro era Chico Mendes.

Desde então, em memória e respeito ao legado de Chico Mendes, o CNS, que em 2009 passou a se chamar Conselho Nacional das Populações Extrativistas, para abrigar o vasto mosaico de entidades extrativistas que se espalharam

por todo o território brasileiro, representa as posições mais avançadas do movimento social dessas populações.

A principal bandeira de luta do CNS sempre foi – e é – a criação, a ampliação e a consolidação das Reservas Extrativistas e dos demais projetos de preservação do patrimônio de sociobiodiversidade brasileiro. Desde 1985, o CNS acompanhou processos de criação de Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Projetos de Assentamento, Florestas Nacionais, perfazendo um total de 760 unidades de conservação em todo País.

Muitos são os desafios enfrentados pelo CNS: lutar para que a atividade produtiva sustentável não coloque em risco a natureza; investir no manejo sustentável dos recursos naturais e na valorização dos produtos do extrativismo; exigir dos governos a garantia dos serviços essenciais do Estado para as populações extrativistas; e, tão importante quanto, criar os mecanismos de participação das mulheres e da juventude nas lutas presentes e futuras.



Chico Mendes 30 anos

Em 2018, a luta do CNS e dos povos da floresta completa 30 anos sem Chico Mendes, símbolo maior da trajetória de construção social, sindical e ecológica em defesa da Amazônia e dos povos que nela vivem. Porém, o tiro certo que assassinou Chico Mendes em 22 de dezembro de 1988 foi incapaz de calar seu sonho de justiça e de liberdade. Chico Mendes continua vivo na luta e na esperança de cada qual de nós.

Essa luta tem permitido muitos avanços com relação à defesa da floresta, mas infelizmente a violência continua ceifando vidas e provocando imensas dores no coração da Amazônia, apontando o rumo dos embates.

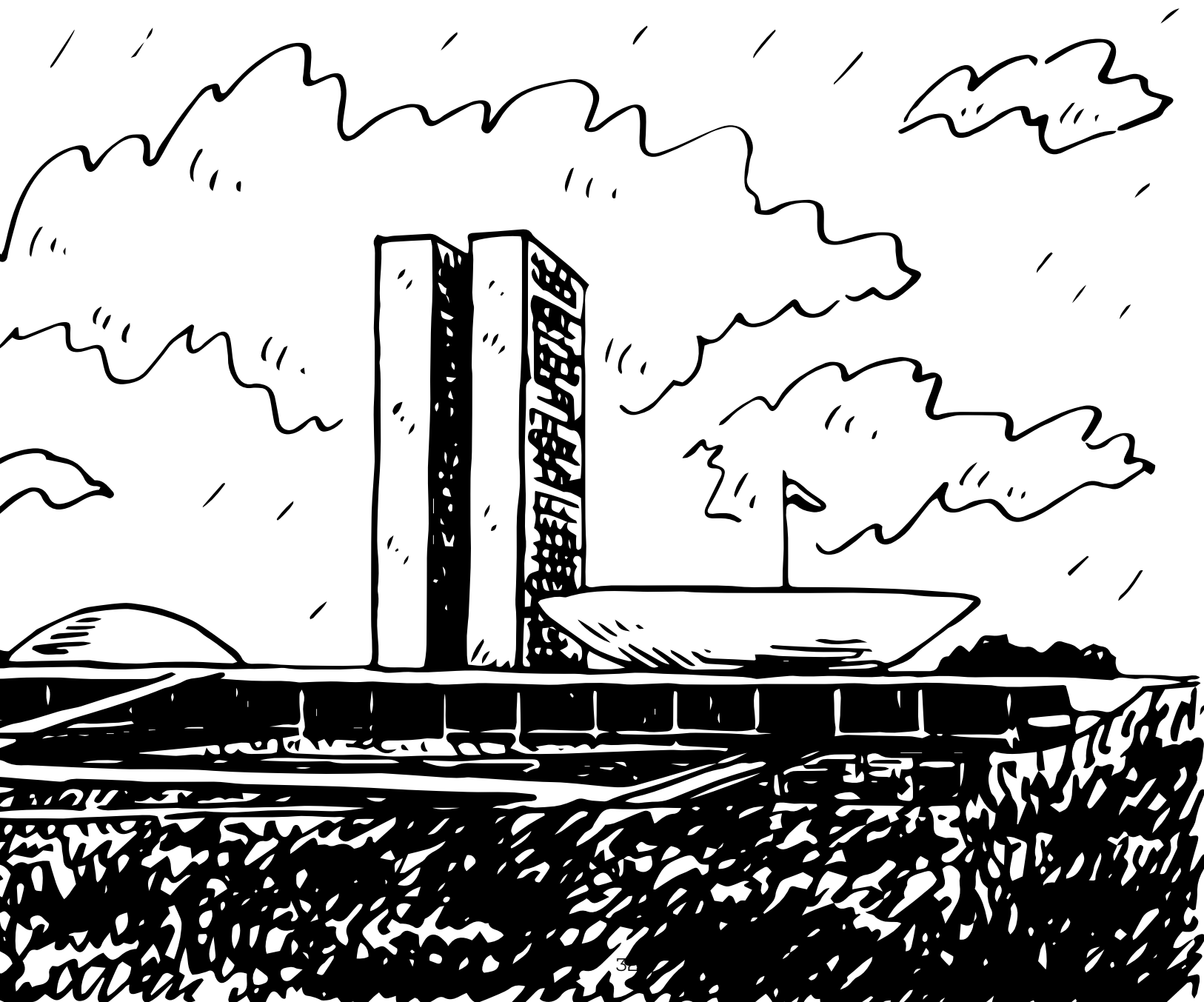
O CNS começa agora, no segundo semestre de 2016, o projeto CHICO MENDES – 30 ANOS, rumo à construção de uma grande mobilização nacional para honrar a memória e fazer multiplicar os ideais de Chico Mendes pelo Brasil e pelo mundo.

Chico Mendes Vive!



Cordel para Brasília

Gustavo Dourado



A Capital da Esperança
Tornou-se Realidade
De um sonho de Dom Bosco
À grandiosa Cidade
Por JK construída:
Dia a dia nos invade...

Brasília surgiu a esmo?!
Seu nome foi registrado
Em 1822...
Em artigo publicado
Na Tipografia Rolandiana:
Por oculto deputado...

(...)

Brasília era nome corrente
Bonifácio persistiu
Propôs a Nova Capital
Preconizou: Anteviu
O lindo nome de Brasília:
Ele também sugeriu...

2 de outubro de 56
JK aqui desceu
Com Lott, Lúcio e Israel
O Cerrado percorreu
Ernesto, Nelson, Balbino:
O fato assim aconteceu...

JK com entusiasmo
Veio ao Planalto Central
Trouxe Régis e Oscar
Adentrou-se ao matagal
Onde é o Catetinho:
Raiz da nossa Capital...

(...)

Lúcio Costa rabiscou
Ave-cidade-avião
Passarinho-borboleta
Libélula em evolução
Um voo extraordinário:
No Planalto da Nação...

(...)

Era um vale vastíssimo
Torto, Gama, Bananal
Vicente Pires: Riacho Fundo
Bela Água Mineral
Era o Sítio Castanho:
Hoje é nossa Capital...

(...)

Nascente de três bacias
No Planalto da Nação
Águas Emendadas é:
As veias do coração
As artérias de Brasília:
Devem ter preservação...

"Vale convexo" de Belcher:
Rios Preto e Descoberto
Talvegue do Santa Rita
Na vastidão do incerto
Criou-se o Paranoá:
Na imensidão do deserto...

O Lago Paranoá
É o nosso Pantanal
Linha D'água: Cota Mil
É vida para a Capital
40 km de compasso:
Aquífero monumental...

(...)

Cidade-mater do Brasil:
Um orgulho nacional
Feito Londres sertaneja
Jerusalém Tropical:
É a Roma do Cerrado:
Às do Planalto Central...

(...)

Candangos e engenheiros
Pedreiros e arquitetos
Obreiros de uma Nação
Futuro e destino incertos
Sertanejos resistentes
Desbravadores: honestos...

Nova Capital do Brasil
Comissão de Localização
Marechal José Pessoa
Comandou a Direção
Ernesto Silva na Equipe:
Saúde, Arte-Educação...

(...)

Aos candangos da Brasília
Rendo a minha homenagem
Com suor, sangue e poesia
Em um linda mensagem
Construíram a nave-mãe:
Em permanente viagem...

Brasília hoje é um polo
Pulsa criatividade
Poesia à flor da pele
Nas artérias da Cidade
Os candangos são heróis:
Bandeirantes de verdade...

Há de tudo por aqui
Espaço-multiplicidade
Arquitetura inovadora
Sonhos: engenhosidade
A Capital do Brasil
Dá asas à Liberdade...



Gustavo Dourado
Escritor e Poeta.
www.gustavodourado.com.br

A primavera na Caatinga

Eduardo Henrique

A estação das flores no Hemisfério Sul se inicia após o inverno, em 23 de setembro. Esta época é caracterizada nas regiões de clima temperado pelo brotamento das plantas dormentes do período frio e pela abundante produção de flores.

Por outro lado, na Caatinga, semiárido do Brasil, essa estação ocorre na época seca, período em que a vegetação em sua maioria encontra-se sem folhas, apresentando-se como uma imensa mata cinzenta de galhos retorcidos, por isso chamada em tupi-guarani de caatinga, que significa mata branca.

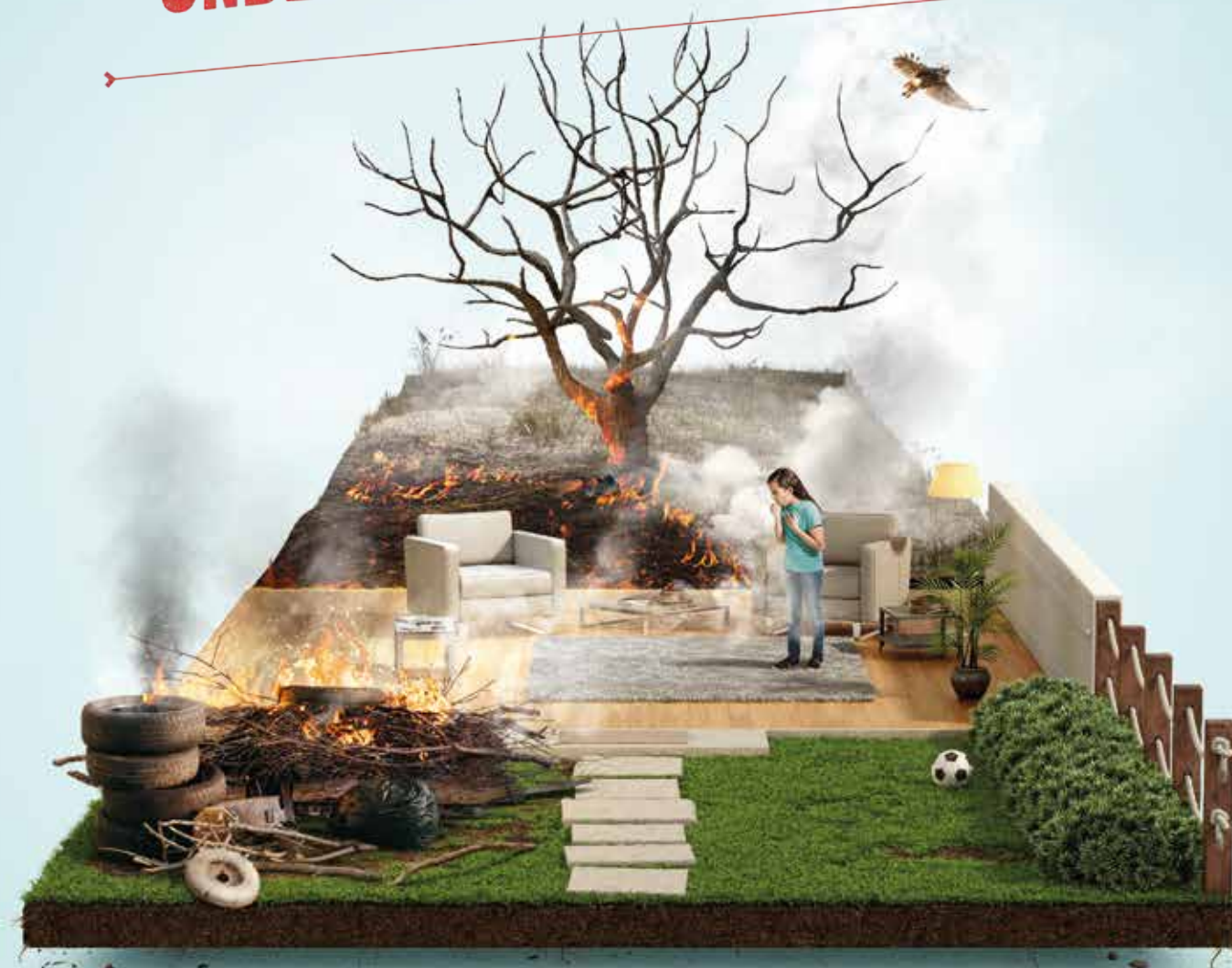
Entretanto, em meio ao forte sol do equinócio de setembro e à falta de chuvas, algumas espécies se embelezam de flores, contrastando com o cinza da vegetação no período seco. São exemplos, a caraibeira - *Tabebuia aurea* (Silva Manso, Benth. & Hook.f. ex S. Moore), também chamada de craibeira ou ipê-amarelo; e o pau-d'arco-roxo - *Handroanthus impetiginosus* (Mart. ex DC., Mattos). Essas duas espécies pertencem à família Bignoneaceae, são bem distribuídas no Brasil e possuem porte elevado, podendo ser encontradas com maior frequência em matas ciliares. Além disso, são árvores com potencial para arborização, paisagismo e reflorestamento.

Dessa forma, mesmo diante das particularidades climáticas do Semiárido brasileiro, tais como baixa pluviosidade e alta temperatura, a vegetação mostra seu encanto e afirma, de forma sutil, que na Caatinga também há primavera.



Eduardo Henrique de Sá Júnior
Técnico Agrícola. Administrador da página Viva Caatinga no Facebook

**VOCÊ PODE ATÉ SABER ONDE
O FOGO COMEÇA, MAS JAMAIS
ONDE ELE VAI ACABAR.**



Atear fogo em lixo e entulhos é colocar em risco a sua vida e a de diversas outras pessoas. Uma vez iniciado, o fogo não pode ser controlado e facilmente se alastra, provocando incêndios que destroem a vegetação do cerrado e os animais que vivem ali. Além disso, a fumaça provocada por esses incêndios traz sérios problemas de saúde. Por isso, jamais coloque fogo em lixo ou entulhos. **Você pode até saber onde ele começa, mas não onde pode acabar.**



Para mais informações, acesse:
www.sema.df.gov.br



GOVERNO DE
BRASÍLIA

FORMOSO DO ARAGUAIA: CAÇADAS NA SECA AMEAÇAM VIDA ANIMAL

Izalete Tavares

Aqui em Formoso do Araguaia, no estado do Tocantins, muito se discute atualmente sobre a falta de água no Brasil e no mundo, mas o que alguns se esquecem de comentar é que a seca não impacta somente a vida dos seres humanos. A vida animal também é afetada.

Quando a água escasseia, muitos animais silvestres tornam-se presas fáceis em regiões ocupadas por fazendeiros. Como? Bem, eles precisam de água para sobreviver, e algumas vezes a sede é tão grande que acabam se aproximando demais das casas dos humanos, situação que com frequência é aproveitada pelos caçadores da região.

Outra fonte de perigo são os poços de água que se formam na época de chuva e que vão se-

cando aos poucos, fonte de água para matar a sede da fauna local. Basta ficar um tempo parado entre os galhos de alguma árvore para avistar os animais que se aproximam, sedentos. Mesmo sentindo a ameaça humana a poucos metros, a sede é maior. E, incautos, encontram ali a sua morte.

Nesses poços, sempre vejo muitos animais. Por aqui é comum a caça predatória e desumana. E, pior: não são somente os fazendeiros locais que os abatem. As mortes se dão também por conta das armas de visitantes das fazendas dos arredores, já que a fiscalização nas estradas está muito abaixo do que é realmente preciso para proteger a nossa flora e a nossa fauna.

Ao conversar com moradores

locais, logo começam as histórias de como a matança dos nossos animais pelos seres humanos que por ali transitam é cruel e sem misericórdia. Matam até mesmo quando o tiro não é certo, deixando o animal se exaurir aos poucos, até se tornar comida de urubus.

A natureza aqui é linda, abençoada com uma fauna e flora de encher os olhos, mas que precisa de nossa ajuda para seguir existindo. Vamos preservar!



Izalete Tavares
Secundarista.
Texto enviado para a seção
PUBLIQUE do site da Xapuri:
www.xapuri.info/publique



A LENDA DA COMADRE FULOZINHA:

A MÃE DA MATA

Diz a lenda que Comadre Fulozinha é uma alegre e mágica caminhante de longos e abundantes cabelos negros (à noite tornam-se acobreados, cor-de-fogo) que vive na Zona da Mata de Pernambuco e faz sempre longos passeios pela Paraíba. Essa mitológica comadre dedica seu tempo a proteger plantas e animais no que resta de áreas de floresta no Nordeste.

Misteriosa, dizem que Fulozinha aparece e desaparece num piscar de olhos, sem deixar ras-

tros. Brincalhona, diverte-se fazendo e desfazendo tranças na cauda dos cavalos. Mas quando o assunto é a proteção da natureza, torna-se séria. Com os caçadores, usa a tática dos asobios para desorientá-los até fazê-los perder a caça.

Dengosa, gosta muito de receber presentes. Mingau, confeitos, mel e fumo são seus preferidos. Popular, em vez de "Florzinha", prefere ser chamada mesmo é de "Fulozinha", que é o sotaque típico do Nordeste. Contam que

quando emburra, dá nós em rabos de cavalo e que, pra desatar, só com presentes.

Dizem que Fulozinha nasceu no período colonial, na mesma época do saci e do curupira, e que é parenta próxima do cai-pora. Em vida, era uma menina que se perdeu na mata, onde faleceu desnutrida. Desde então, seu espírito vive vagando e aterrorizando quem destrói a natureza, ou quem a chama de cabocla, porque desse nome ela não gosta mesmo!

Fontes: <http://culturanoordestina.blogspot.com.br>. | <http://ohistoriadoreotempo.blogspot.com.br>. Foto: historiadecanguaretama.blogspot.com



MARIA LEOPOLDINA: Princesa da Liberdade Imperatriz da Independência

*"Se você falar com uma pessoa numa linguagem
que ela compreende, isso entra na cabeça dela.
Se você falar com ela em sua própria linguagem,
você atinge seu coração."*

Nelson Mandela



**30 anos buscando atingir o essencial:
o coração das pessoas**

O ano era 1822, o dia 2, o mês era setembro. A Imperatriz, munida de poderes outorgados pelo Príncipe Regente D. Pedro, presidindo o Conselho de Ministros, decretou nossa Independência.

E por onde andava o Imperador? Por que a história da Independência do Brasil só é estudada, difundida, conhecida e reconhecida a partir de 07 de setembro de 1822?

Para entender essa história, registramos aqui a saga de coragem, sofrimento e humilhação sofrida por Carolina Josefa Leopoldina Francisca Fernanda de Habsburgo-Lorena, nascida em Viena, Áustria, em 22 de janeiro de 1797.

No Brasil, a arquiduquesa da Áustria, rainha de Portugal por oito dias, em 1826, e Imperatriz Consorte do Império do Brasil de 1822 até sua morte, chamou-se Maria Leopoldina. A adoção do nome "Maria" deu-se, segundo consta, por sua devoção à Virgem e pelo fato de todas as infantas portuguesas serem "Marias". Já seu esposo, Pedro, fez-se mito por seu famoso brado "Independência ou Morte!", mas também ficou conhecido por sua notória atração pelos prazeres da carne.

Leopoldina se casou sabendo que lhe esperava um esposo forte, bonito, viril e libertino com

a criadagem e as cortesãs. Também sabia de seu temperamento colérico, da sua falta de polidez no trato com as pessoas... mas confiou na grandeza do nome que carregava e na educação austríaca que recebera: haveria de vencer e cumprir sua missão.

De fato, essa mulher corajosa cumpriu importante missão na nossa História. Em 2 de setembro de 1822, Maria Leopoldina, então princesa regente do Brasil, por conta de uma ausência de Dom Pedro, assinou o decreto da Independência e declarou o Brasil separado de Portugal.

Ato imediato e subsequente, enviou carta a D. Pedro, exigindo que ele proclamasse a Independência do Brasil. Ao receber a carta, ante o tom incisivo da Imperatriz – "O Brasil vos quer como monarca. Com vosso apoio ou sem vosso apoio, ele fará a sua separação. O pomo está maduro, colhe-o já, senão apodrece" –, D. Pedro proclamou o Brasil livre de Portugal, às margens do Rio Ipiranga, em São Paulo, no dia 7 de setembro. Enquanto aguardava o retorno do marido, a Imperatriz tomou providências práticas, como idealizar a bandeira do país. Foi coroada imperatriz em 1 de dezembro de 1822, na mesma cerimônia de coroação e sagração de D. Pedro I.

Culta, valorizava a cultura, as letras e as artes. Tinha interesse por botânica e mineralogia. Após seu casamento por procuração em 1817, veio para o Brasil acompanhada por cientistas, botânicos e pintores. Ao chegar, contratou Jean Baptiste Debret para desenhar quadros e os símbolos da Corte como uniformes de gala, em verde e ouro, as condecorações do novo Estado, a Coroa de Ferro, as insignias da Ordem do Cruzeiro do Sul. Exímia caçadora, acompanhou o marido em caçadas na planície de Jacarepaguá durante a lua-de-mel.

Em 25 de abril de 1821, a corte foi convocada para retornar a Portugal. De uma só leva foram 11 navios que levaram o rei, a Corte, a Casa Real e o tesouro real. Só o Príncipe e sua família permaneceram no Brasil. Ele como regente do país, com amplos poderes contrabalançados por um Conselho de Regência.

A necessidade de Independência nascia aí. Portugueses e brasileiros tornaram-se opostos, e o rompimento das relações amistosas parecia evidente. Leopoldina toma para si a causa do povo brasileiro e, contrariando ordens de Portugal, deseja e apoia a ideia de independência do nosso país.

Os brasileiros já estavam es-

perando que D. Pedro retornasse a Portugal, o que rebaixaria o país ao status de simples colônia, em vez de um reino unido ao de Portugal e Algarves.

No Rio, José Bonifácio de Andrada e Silva encabeça milhares de assinaturas exigindo a permanência dos Regentes. A província de São Paulo, através de alguns homens cultos e corajosos, liderava o movimento separatista, que pressionou o Príncipe Regente a proclamar o dia do FICO. Com essa atitude o Príncipe Real conquistou a confiança do povo.

Neste cenário, D. Pedro vai a São Paulo resolver conflitos e entrega o poder a D. Leopoldina, no dia 13 de agosto de 1822, nomeando-a chefe do Conselho de Estado e Princesa Regente Interina do Brasil. Portugal fecha o cerco. Leopoldina toma a decisão de romper relações com Portugal, quebrar o pacto de Reino Unido e proclamar o Brasil um país livre.

A Imperatriz amava seu esposo e suportou terrível sofrimento ao seu lado. Com ela, D. Pedro era grosseiro, agressivo e desrespeitoso. Abusava mental e fisicamente do caráter fino e educado da moça. Em nove anos de casamento, ela ficou grávida nove vezes, com sete filhos vivos. O mais novo, Pedro de Alcântara (1825-1891), sucedeu o pai como D. Pedro II.

Em um episódio de agressão, Pedro lhe deu um pontapé na barriga, na presença do embaixador austríaco, Filipe Leopoldo Wenzel, Barão de Mareschal. O peso da dor, do maltrato e das ofensas fez com que a gravidez, na 12ª semana, sucumbisse e o estado da Imperatriz se agravasse.

A agressão também foi presenciada pela amante de D. Pedro I, Domitila de Castro,

a Marquesa de Santos. Em sua crueldade, D. Pedro colocou a amante para ser primeira dama de companhia da Imperatriz. Coabitavam o mesmo espaço: esposa e amante. Mais uma intensa humilhação sofrida por Leopoldina.

Sorrrateiramente, a Marquesa tentava tomar o marido e o posto da Imperatriz. Conta-se que o costume de pedir propinas começava com Domitila, que não deixava escapar, sequer, a porcentagem de um cacho de bananas do Império.

Com o agravamento da doença de Leopoldina, a frágil popularidade de Domitila piorou muito, e sua casa em São Cristóvão foi apedrejada. O povo brasileiro amava a Imperatriz e se condoía por sua enfermidade.

Pressionado, D. Pedro retirou de Domitila a fun-



ção de primeira dama de companhia. Ministros do paço imperial exigiam que ela deixasse a corte. A situação se espalhou como pólvora pela Europa e D. Pedro teve sua reputação abalada, o que lhe causou transtornos políticos e sociais. Inclusive, posteriormente, com dificuldade para conseguir nova esposa.

Nos seus últimos anos de vida, a Imperatriz entra num quadro de extrema e profunda depressão. Busca conforto na religião, na leitura e na educação dos filhos. Descuida-se da aparência, levada pelas traições conjugais, mas mesmo assim tenta, a todo

custo, manter a família e a paz em seu lar, fazendo todas as vontades de D. Pedro I.

Maria Leopoldina morre no Palácio de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, bairro de São Cristóvão, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, em 11 de dezembro de 1826, aos 30 anos incompletos. O imperador, em viagem, recebe a notícia de sua morte por convulsões, febre alta e delírios. O filho que carregava no ventre morreu com ela.

Leopoldina, a Imperatriz que atuou mais nos bastidores do que no centro do palco político, foi além do papel de coadjuvante:

instigou, apoiou e defendeu a Independência do Brasil. Sua figura permanece quase desconhecida e pouco se tem de registro de seu importante papel na história.

Resgatar a memória da soberana contribui para a valorização do feminino e para o empoderamento de mulheres.



Iêda Vilas-Boas
Escritora



SINDICOM-DF
Sindicato dos Comerciários do Distrito Federal

Telefones: 3224-3808 / 3038- 2200 / (Fax) 3224-1584

O Sindicato dos Comerciários no DF nasceu em 1963 e em 50 anos cresceu muito. De uma pequena sala no Setor Comercial Sul, o Sindicom tem um patrimônio que orgulha a categoria. Foi uma luta que envolveu muito suor, trabalho e atuação fundamental dos filiados. Vamos dar destaque para os últimos 20 anos, que coincide com o processo de democratização do país cujo qual valorizou o trabalhador no comércio.

A verdade é que a diretoria colegiada e a presidente, Geralda Godinho, fazem questão de mostrar toda essa estrutura que se encontra disponível para a categoria e trabalhadores em geral. A pequena sala sede hoje é o andar inteiro com consultórios médicos, odontológicos, homologação, departamento jurídico, apoio de base e imprensa. Em Taguatinga tem sede também contando com o que há de mais moderno para atender os associados. As subseções se encontram em Sobradinho e Gama. O Clube dos Comerciários conta com uma mega estrutura de lazer, com piscinas, churrasqueiras, restaurante, área verde, salão de jogos, campo e futebol, campo de areia e o salão de festas.

REDE DE ATENDIMENTO:

BRASÍLIA
Setor Comercial Sul, quadra 6, edifício José Severo, 7º andar - Tel: 3038-2200 / 3224-1584
TAGUATINGA
Endereço: QNE 31, lote 2 - Taguatinga Norte, no horário das 8h às 18h - Tel: 3037-8812

SOBRADINHO:
Quadra 8, Bloco 18, Loja 9 - Sala 4 - Tel: 3487-2586
GAMA:
Edifício Office Center 3º andar sala 309 Setor Central do Gama, Tel: 3384-6747

CLUBE
Fazenda Ponte Alta Norte V Gleba A - Número 25 - Núcleo Rural Casa Grande - CEP 72-400-000 Recanto das Emas - DF Fone:(61) 3404-0851



✉ presidencia@sindicomdf.com.br 🌐 sindicatodoscomerciantes.dodf 🌐 site: www.sindicomdf.com.br

Orgulho de ser Comerciário, esse é nosso lema! Filie-se



UMA POLÍTICA PÚBLICA DE TRANSPORTE QUE DÁ CERTO: REQUALIFICADA E INCLUSIVA, BOGOTÁ É EXEMPLO PARA O MUNDO

Antenor Pinheiro

“Estacionamento é problema particular. Ruas são para deslocamento de pessoas, não de carros. Administro a cidade para o público”. Com esta postura o prefeito Henrique Peñalosa deflagrou, em 1998, a reforma urbana em Bogotá, na Colômbia. Economista de formação, o ousado prefeito, recentemente reeleito, implantou o Sistema Transmilenio de transporte público como equipamento indutor da expansão de Bogotá, baseado na integração de ônibus tipo BRT (Bus Rapid Transit) inspirado, passem, no que vira em Curitiba, Goiânia e outras poucas cidades da América do Sul.

HISTÓRIA

Até 1998, Bogotá, com 7,2 milhões de habitantes, dispunha de um sistema de transporte de passageiros caótico, a exemplo de dezenas de cidades brasileiras e da América Latina. Ônibus de todos os tipos misturavam-se e competiam com vans, kombis, triciclos, táxis e carros “promo-

vidos” a táxis-lotação. Dezesesseis anos depois, Bogotá não é mais a metrópole bagunçada no seu jeito de ir e vir. Democratizou-se o uso dos espaços urbanos, a tecnologia brasileira transformou-se em realidade, e consolidou-se a reforma que melhorou radicalmente a qualidade de vida de seus moradores. Implantaram-se conceitos urbanísticos modernos: corredores exclusivos para ônibus; uso do solo radicalmente controlado; calçadas acessíveis; rebaixamentos padronizados e passarelas seguras; restrição de estacionamentos; construção de espaços de convivência; repaginação de praças; recuperação de espaços degradados; e a rede cicloviária integrada – tudo muito bem planejado e sincronizado à reforma estrutural da política de mobilidade urbana.

CAPACIDADES E CUSTOS AO USUÁRIO

O Transmilenio conta com 84 km de corredores exclusivos e 633 km alimentadores distribuí-

dos por 1.290 ônibus articulados, 518 alimentadores e 114 estações localizadas em nove zonas urbanas. Segundo pesquisas do jornal “El Espectador”, um entre cinco proprietários de automóveis migrou para o Transmilenio nos últimos dez anos por ser a opção mais rápida, segura e barata para se locomover. Com a tarifa integrada equivalente a R\$ 2,20 os 1,7 milhões de usuários/dia do sistema transitam por toda a Bogotá de forma nervosa, mas ágil, segura e integrada. Ninguém do povo gasta mais que R\$ 90/mês com transporte local (o salário mínimo na Colômbia é equivalente ao brasileiro). Os trabalhadores formais ainda usufruem de auxílio-transporte de R\$ 70/mês e não há, por lei, gratuidades de qualquer espécie. Contribui para a acessível tarifa, o baixo custo operacional do sistema, e isso se deve à velocidade operacional dos ônibus (27 km/h) somada ao transporte médio de 5,7 passageiros por quilômetro rodado (IPK).

GANHOS AMBIENTAIS

O Sistema Transmilenio traz no seu bojo vários programas ambientais, dentre eles a recuperação de espaços urbanos, como o “Eixo Ambiental” e o “Espaço San Victorino” – intervenções que devolveram à população importantes ganhos ambientais. Paralelamente, somaram-se políticas de monitoramento de ruídos, controle de opacidades, manejo de águas e resíduos sólidos das garagens. Números confirmam que em Bogotá deixaram de circular cerca de 7.000 veículos/dia, o que significou entre 2001 e 2009 a redução de 1,6 milhões de toneladas de emissão de CO2 lançadas ao ar, representando uma economia próxima de R\$ 8 bilhões.

GANHOS NA SEGURANÇA PÚBLICA

O Transmilenio é também conhecido como equipamento



de integração urbana e inclusão social. Nos espaços lindeiros aos principais corredores, a população recebeu maciços investimentos habitacionais. Somente no eixo “Caracas”, a principal reforma do sistema, houve redução de 90% no índice de homicídios entre 2002 e 2010. Com ganhos de tempo os bogotanos evoluem econômica e socialmente. Melhorar e equipar espaços urbanos induz à humanização e ao efetivo controle da cidade, constataram os colombianos. Parte dos ganhos imediatos com segurança está no Centro de Controle Operacional (CCO) do sistema, vez que monitora por câmeras “on line” o movimento de estações de transbordo com a presença de birôs policiais convivendo com a engenharia e a fiscalização. Bogotá integra de forma eficiente políticas de transportes, saúde, educação, meio ambiente e segurança pública.

BICICLETAS PÚBLICAS “BICIBOG”

As bicicletas são queridas em Bogotá. São 420 quilômetros de ciclovias, ciclofaixas e ciclorrotas integradas ao Transmilenio. Trata-se de um programa semelhante aos existentes em Paris, Amsterdã, Portland, Copenhague e Roma. Usuários cadastrados descem das estações de transporte e acessam pontos de conexão de bicicletas públicas

para completar trajetos. Inicialmente instalada num parque da cidade, o BiciBog transporta 1,4 mil bogotanos/dia. Os ciclistas contam com seis bicicletários, com capacidade de acomodação próxima de 1.500 vagas, e paraciclos disponíveis pelos seis cantos da cidade. “Poucas as vagas”, exclamou o usuário Carlos Moreno quando avaliava o novo programa.

CALÇADAS PADRONIZADAS

As calçadas de Bogotá são responsabilidade do poder público. Padronizadas nas vias arteriais e espaços de convivência públicos elas chamam a atenção por sua dimensão e paginação. Todas possuem equipamentos básicos de acessibilidade com foco para pessoas com deficiência. Curiosamente soerguidas 30cm do leito carroçável das vias e com rampas direcionadas, são vistas nas regiões centrais e periferias como importantes porque evitam carros subirem. Bogotá “comprou” guerra contra os automóveis e motos – é o que se vê.

Estão aí as diferenças, entre lá e cá!



Antenor Pinheiro
Jornalista, membro da Associação Nacional de Transportes Públicos/ANTP



Fotos: Nara Serra

EM TEMPOS TEMERÁRIOS, O SINTEGO AVANÇA NA LUTA PELO PISO E PELA DATA-BASE

Depois do sucesso extraordinário do projeto Sintego Itinerante no semestre passado, o segundo semestre começou com o Sintego em luta contra o governo goiano para fazer cumprir o Piso dos professores e pela Data-base dos profissionais administrativos da Educação no estado de Goiás.

Para isso, o Sindicato conta com o apoio, a mobilização e o engajamento ativo da categoria. Na quinta-feira, 25/08, foi feita uma carreta pelas ruas centrais de Goiânia. Os manifestantes cobraram o pagamento da Data-Base, para a reposição das perdas da inflação e o pagamento do Piso do Magistério.

De acordo com a Lei 11.738/08, o Piso dos profes-

sores deve ser reajustado em janeiro. Entretanto, somente agora no segundo semestre, o Governo do Estado enviou Projeto de Lei para a Assembleia Legislativa solicitando a concessão do índice de 11,36% definido pelo MEC, porém parcelando em sete vezes o retroativo de sete meses apenas para os professores PI e PII e do Quadro Transitório do Magistério, excluindo mais de 40 mil professores (PIII e PIV) do reajuste.

Como o projeto não foi votado, os recursos não entraram na Folha de Pagamento do mês de agosto. Os trabalhadores da Educação ficaram, uma vez mais, a ver navios.

Esse tem sido um procedimento padrão do gover-

no de Goiás. A Data-base, garantida pela Lei Estadual 14.698/2004, com reajuste em maio, há dois anos não é cumprida. Em resposta a uma ação proposta pelo Sintego, a justiça mandou pagar o devido no que se refere à Data-base do ano passado. Em vez de cumprir com a decisão judicial, o governo recorreu.

"ESFREGAÇÃO"

Em um ato simbólico, os Trabalhadores da Educação, da Saúde, da Segurança e da Administração direta do funcionalismo, protestaram lavando, na manhã do dia 26 de agosto, a calçada em frente ao Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

O protesto foi promovido por entidades que compõem o Fórum em Defesa dos Servidores e dos Serviços Públicos de Goiás contra a corrupção no Governo do Estado, reveladas pela Operação Decantação (que descobriu maracutaia na empresa estatal de água e saneamento, a Saneago) e pelo pagamento do Piso dos professores e da data-base dos administrativos da Educação e das demais categorias de servidores.

PRESSÃO NOS DEPUTADOS ESTADUAIS

A direção do Sintego, juntamente com dirigentes das Regionais, professores e administrativos, procurou sensibilizar os deputados estaduais a alterar o projeto enviado pelo governo, que desfavorece os servidores. A presidenta do Sintego, Bia de Lima solicitou aos deputados que seja enviada outro projeto de reajuste do Piso, onde sejam contempladas todos os níveis (e não apenas PI e PII e QTM como no projeto original do governo). Também foi conversado com os deputados para que eles encaminhem matéria que contemple com a Data-Base os servidores administrativos da Educação e demais servidores públicos.

Tomando a dianteira das negociações, Bia frisou em reunião com outros dirigentes sindicais e o governo: "Solicitamos ao governador que seja feita justiça aos professores que se qualificaram, para que sejam beneficiados com o reajuste do Piso e o pagamento do



retroativo", reintera.

Da mesma maneira, Bia pediu que o governo seja sensível aos servidores administrativos e aos contratos temporários, cujos salários são baixíssimos e não podem ser penalizados, num momento em que a inflação volta a subir, corroendo os salários dos trabalhadores.

ALERTA ELEITORAL

À medida em que se aproximam as eleições municipais do dia 2 de outubro, o Sintego alerta os Servidores da Educação com respeito à importância do voto consciente.

Em especial, o Sintego faz um chamado à categoria para que não votem em candidatos que apoiam o retrocesso

dos direitos trabalhistas com o fim do Piso, a terceirização sem limites dos serviços públicos e o não respeito à carreira e a data-base dos servidores. O Sintego orienta que os trabalhadores(as) em educação escolham os candidatos a prefeito e a vereador que estejam mais comprometidos com a causa dos trabalhadores.

É o Sintego de olho nas eleições municipais, no governo e na frente da luta que não pode retroceder, recuar e nem parar.



Educadores do CEE 1 de Brazlândia

Joelma Bonfim

CEE 1 de Brazlândia reafirma educação ambiental como fator inclusivo

A Educação Ambiental se configura como uma excelente aliada no processo de valorização dos estudantes por ser um processo dinâmico e transformador que busca a formação de valores, atitudes, bem como a participação ativa de cada estudante. Este trabalho será efetivo se a Educação Ambiental for trabalhada de forma adequada, proporcionando para os estudantes situações desafiadoras, estimulando sua curiosidade, habilidades, valorizando-os nas suas potencialidades.

Por isso mesmo, no Centro de Ensino Especial nº 1 de Brazlândia, a Educação Ambiental vai além de disciplina inserida no currículo escolar. Com cerca de 370 estudantes com deficiência e 98 professores, a escola desenvolve um trabalho todo especial nesta área.

De acordo com Cláudia Maria Francisco Ferreira, vice-diretora da unidade de ensino, “para as pessoas portadoras de necessidades especiais, bem como para todos os cidadãos, a educação é o

início para a inclusão social, fator de aperfeiçoamento em busca de autonomia, melhoria da autoestima e para a tão sonhada igualdade social. O mais interessante é que verificamos uma melhoria com relação ao contexto social, ao desenvolvimento das pessoas com alguma deficiência que desempenham atividades relacionadas ao meio ambiente”, diz a professora.

A partir do Projeto Político-Pedagógico da escola, houve a inserção do projeto Meio Ambiente. O objetivo é levar

os estudantes a ter contato com o meio ambiente, baseado no tripé da consciência da preservação, do desenvolvimento intelectual (habilidades intelectuais, emocionais e motoras) e da questão cognitiva. Assim, tarefas simples como plantar uma muda, rastelar, regar ou colher um fruto são tratadas como desafios e têm reflexo direto no aprendizado, desenvolvimento e autoestima dos estudantes. Parte da produção da horta é utilizada na própria escola; outra é levada para a casa do estudante.

“Dentro desse contexto, a Educação Ambiental faz parte de um processo de mudanças e de adoção de novos comportamentos, em que os indivíduos com necessidades especiais, independentemente de qual seja esta necessidade, podem e devem participar dessa experiência. A

integração e inclusão dos portadores de necessidades especiais nas questões ambientais hoje é, além de uma necessidade, também uma realidade devendo ser encarada como um direito à melhoria de condições de vida”, explica Osvaldina Moraes Santos, professora do projeto Meio Ambiente.

“A partir da conscientização da importância da Educação Ambiental, e do fato de esta não só transmitir valores socioambientais, mas também servir como elo e de integração, e fator gerador de igualdade para as pessoas portadoras de necessidades especiais no processo de sua efetiva inserção na sociedade, poderemos perceber e então cobrar maior envolvimento da iniciativa pública e social para a realização deste contexto de extrema relevância”, afirmam as educadoras.

O CEE 1 de Brazlândia

conta com total apoio da Regional de Ensino, inclusive com a assistência do estagiário da área de ciências agrárias Heitor dos Santos Ferreira Junior. O supervisor administrativo Lucimar da Silva Pinto também integra o time. “A Educação Ambiental se constitui numa forma abrangente de educação, que se propõe a atingir a todos, através de um processo pedagógico participativo constante que busca soluções, sendo um agente transformador, através do desenvolvimento de habilidades”, destacam.

O recado da escola é um só: a pessoa com deficiência, independentemente do tipo ou grau, é integrante da sociedade e tem que estar ligada a princípios da cidadania e solidariedade e a valores sociais e econômicos dessa sociedade como um todo.



Mãos à obra: é hora da colheita



Educação ambiental como fator de inclusão social e melhoria da autoestima



A RELEVÂNCIA DA ERA ECOZOICA

Leonardo Boff

Inaugura[m]os uma nova era, a Era do Ecozoico, expressão sugerida por um dos maiores astrofísicos atuais, diretor do Centro para a História do Universo do Instituto de Estudos Integrals da Califórnia, Brian Swimme.

No Ecozoico, tudo é ecologizado porque a ecologia ganhará centralidade, e ao redor de seu eixo se organizarão todas as demais atividades: a econômica, a social, a política, a industrial, a cultural e a religiosa. Ecologizar aqui significa buscar um equilíbrio de todos os fatores e estar em sinergia e sintonia com o Todo.

O Ecozoico nos obriga a alterar o estado de nossa consciência, [para] assumirmos nosso lugar e nossa responsabilidade no processo cosmogênico. Quando há 66,5 milhões de anos surgiu o Cenozoico, o ser humano não teve influência

nele. Agora, no Ecozoico, muita coisa passa por nossas decisões. Dentro do Ecozoico, [surge] uma sub-era, a do Antropoceno (o ser humano como uma força geofísica destruidora).

[Mas] podemos também preservar o mais que pudermos cada ecossistema, cada espécie, e o equilíbrio do Planeta Terra. Agora nós co-pilotamos o processo evolucionário. Somos, em parte, protagonistas dessa história terrenal e cósmica.

O que a Era Ecozoica cobra de nós? Cobra-nos a disposição de alinhar nossas mentes e nossas práticas humanas com as outras forças operantes em todo o planeta e no Universo, para que um equilíbrio criativo seja alcançado e assim possamos garantir um futuro comum aceitável, [o que] implica outro modo de imaginar, de produzir, de consumir e dar significado à nossa passagem por esse mundo.

Aquilo que o ecofilósofo norueguês Sigmund Kvaloy formulou e que foi assumido pelas duas representantes da ecologia do profundo e ativistas norte-americanas, Joana Macy e Molly Young Brown, em seu livro "Nossa vida como Gaia" (2004), precisamos operar: a passagem de uma Sociedade do crescimento industrial para uma Sociedade de sustentação de toda a vida.

Essa passagem implica trocar a busca do crescimento visando o lucro pela busca da manutenção de todas as condições de matéria, energia e informação que garantam a sustentabilidade da vida, nas suas variadas formas, preservando o capital natural e dando-lhe tempo para que possa se reequilibrar e refazer sua integridade perdida. Esse constitui, quiçá, o grande desafio do presente momento da história: esperar essa grande transformação.



Leonardo Boff,
em Sustentabilidade: O que
é o eu não é. Editora Vozes.
2012.

QUE FAZER? JUNTAR OS CACOS E CONTINUAR A LUTA

Trajano Jardim

Em 1902, no auge da luta interna entre os bolcheviques e os reformistas no Partido Social Democrata Russo, Lênin escreveu no seu trabalho "Que fazer?", respondendo a Bernstein, líder dos reformistas: "De fato, não constitui mistério para ninguém que, na atual socialdemocracia internacional, se tenham formado duas tendências, cuja luta ora 'se anima e se inflama', ora se extingue sob as cinzas das grandiosas resoluções de tréguas".

Em que consiste a "nova tendência que 'critica' o 'velho' marxismo 'dogmático'", disse-o Bernstein, e demonstrou-o Millerand com suficiente clareza. A socialdemocracia deve transformar-se de partido da revolução social em partido democrático de reformas sociais. Essa reivindicação política foi cercada por Bernstein com toda uma bateria de "novos argumentos e considerações muito harmoniosamente orquestrados".

O sindicalismo brasileiro hoje está em uma encruzilhada mais ou menos idêntica. Com a vitória eleitoral de Lula em 2002, em que, pela primeira vez na história do Brasil e da América Latina, um representante dos trabalhadores assumia a Presidência da República, depois de ter sofrido vinte anos de ditadura

militar e a ofensiva neoliberal por quase uma década, parecia que o país caminhava para um contexto político diferenciado e que se abria um novo estágio na luta de classes para o movimento sindical. Porém, ficou visto que esse caminho se traduzia mais complexo e cheio de obstáculos e armadilhas diante das possibilidades para o avanço das lutas operárias.

Ao assumir um governo democrático e popular, o movimento sindical e os setores do movimento social organizados entraram em transe de ilusão de classe, na compreensão de que as elites dominantes ficariam inertes diante dos avanços pretendidos pelos trabalhadores. Nesta ilusão colocou-se como estratégico um projeto de alianças com grupos antagônicos da classe trabalhadora que, já em 1988, na discussão da Constituinte, impediram avanços fundamentais para o processo social brasileiro.

Nos doze anos do governo democrático e popular, não atentamos para fazer as transformações políticas de fundo que dessem condições aos trabalhadores e à sociedade para enfrentar os inimigos interpostos no caminho da sua emancipação. Decidimos pelas questões econômicas-sociais, medidas importantes, mas que

não aprofundam mudanças estruturais que criem condições de mudar a face colonial patrimonialista secular da nossa sociedade. Medidas que dessem condições aos trabalhadores de enfrentar o patronato com liberdade de organizar os trabalhadores nas empresas. Criação de um marco regulatório para democratizar os meios de comunicação. Uma reforma política que pudesse conter o poder econômico, estabelecendo a democracia direta nas decisões prioritárias para a sociedade. Perdemos mais uma batalha. Mas não perdemos a guerra. Lênin afirmava que nos momentos de retrocesso da luta operária é o instante em que a vanguarda dos trabalhadores organizados têm que manter a luta. Vamos juntar os cacos e continuar a luta!



Trajano Jardim
Jornalista e Professor
Universitário



Anote aí!



Agora, também pra você, com o mesmo carinho,

O SITE DA REVISTA XAPURI,
ATUALIZADO DIARIAMENTE.

VEM COM A GENTE!

www.xapuri.info

AO VIVO

TODAS AS SEXTAS,
ÀS 14H30, NA TV COMUNITÁRIA, CANAL 12 DA NET.



AS EDIÇÕES SÃO REPRISADAS NOS SEGUINTE DIAS E HORÁRIOS

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
13H	23H	13H	18H	22H30	12H	16H30

Assista também no portal bancariosdf.com.br e no [facebook/bancariosdf](https://www.facebook.com/bancariosdf)